

VOLUME I



Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas

Secretaria de Estado da Fazenda

FAZGILLADiretoria de Contabilidade Geral - DCOG



Balanço Geral do Estado 2011

VOLUME I Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2011

Gestão: Governador João Raimundo Colombo



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Nelson Antônio Serpa

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Adriano de Souza Pereira

ASSESSOR DO DIRETOR

Flávio George Rocha

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tatiana Borges

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

Graziela Luiza Meincheim

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

Vera Lúcia Hawerroth Santana

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Michele Patrícia Roncalio

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Consultoria de Assuntos Econômicos – SEF/SC

Diretoria de Auditoria Geral - SEF/SC

Diretoria do Tesouro Estadual - SEF/SC

Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF/SC

Diretoria de Administração Tributária - SEF/SC

Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF/SC

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. - CIASC

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

Flávio George Rocha Heber Lima da Costa Janice Vilsélia Pacífico da Silveira Paulo Rodrigo Capre Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rafaet Almeida Pinneiro da Costa Rogério Felipe Pereira

Rosangela Della Vechia

Tatiana Borges

INFORMAÇÕES:

E-mail: geinc@sefaz.sc.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

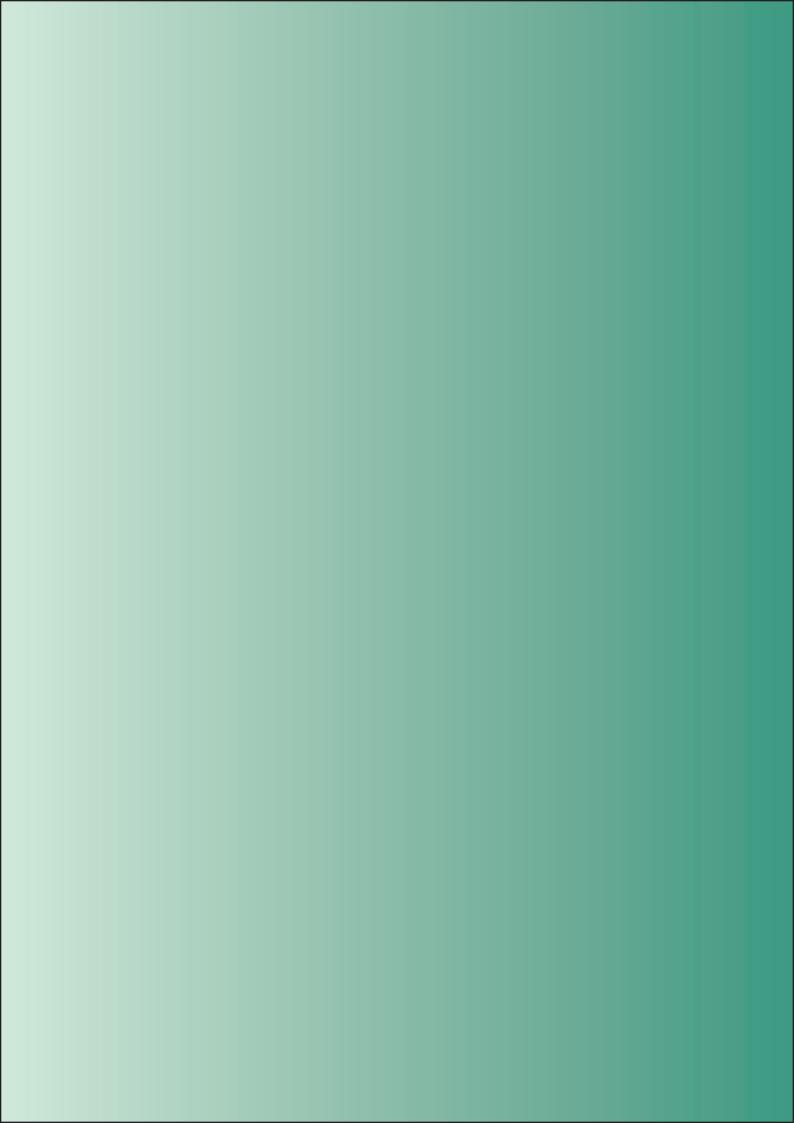
Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600 Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

I.	APF	RESENTAÇÃO	5
II.	ASP	PECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO ESTADO	11
	1.	O Estado de Santa Catarina	13
	2.	Aspectos Sociais.	15
	3.	Aspectos Econômicos	21
	4.	Aspectos Administrativos	30
	5.	Aspectos Financeiros	34
III.	DEN	IONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	47
	1.	Balanço Patrimonial	49
	2.	Balanço Orçamentário	50
	3.	Balanço Financeiro	52
	4.	Demonstração das Variações Patrimoniais	53
	5.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	54
	6.		
IV.	NOT	AS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57
	1.	Apresentação das Demonstrações Contábeis	59
	2.	Resumo das principais Práticas Contábeis	59
	3.	Disponível	63
	4.	Créditos em Circulação e Realizáveis a Longo Prazo	64
	5.	Estoques	68
	6.	Depósitos (Ativos)	69
	7.	Direitos sobre Concessões	69
	8.	Dívida Ativa	71
	9.	Investimentos	73
	10.	Imobilizado	73
	11.	Intangível	75
	12.	Depósitos (Passivos)	76
	13.	Outras Obrigações em Circulação	77
	14.	Provisões	78
	15.	Precatórios	78
	16.	Receitas a Classificar	80
	17.	Receitas Antecipadas	80
	18.	Operações de Crédito Internas	81
	19.	Operações de Crédito Externas	88
	20.	Outras Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	93
	21.	Provisões Matemáticas Previdenciárias	
	22.	Ajuste de Exercícios Anteriores	96
	23.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes (Ativo e Passivo Compensado)	97
	24.	Dedução da Receita Corrente	98
	25.	Resultados Acumulados e Superávit Patrimonial (DVP)	98
	26.	Ingressos e Desembolsos Extraorçamentário (DFC)	99
	27.	Tranferências de Capital (DFC)	
V.	ANÁ	LISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	101
	1.	Indicadores do Balanço Patrimonial	
	2.	Análise da Execução Orçamentária	
	3.	Análise do Balanço Financeiro	110
	4.	Análise das Variações Patrimoniais	
	5.	Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	
		ERAÇÕES FINAIS	
LE	GISI	ACÃO RÁSICA	117









O Balanço Geral do Estado demonstra os resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2011 e se constitui na prestação de contas do primeiro ano de mandato do Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. João Raimundo Colombo, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual. A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral é da Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG da Secretaria de Estado da Fazenda, núcleo técnico do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência, na elaboração do Balanço procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais. Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

Volume I – Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2011: apresenta os aspectos social, econômico, administrativo e financeiro do Estado de Santa Catarina, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as notas explicativas, bem como a análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser



relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Volume II – Anexos do Balanço Geral do Estado: apresenta os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas demais normas legais, o acompanhamento físico e financeiro dos Programas de Governo, o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral, o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública, assim como os responsáveis pela escrita contábil dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual no exercício de 2011.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos TC - 16/94, TC - 06/01 e TC - 11/04, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Além da legislação vigente, a Diretoria de Contabilidade Geral preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, para torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2011 dos servidores da DCOG/SEF no Grupo Técnico de Contabilidade do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN, no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros – FFEB, nos grupos técnicos instituídos pela STN de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON/STN, de Padronização de Relatórios – GTREL/STN e de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais – GTSIS/STN. Tais grupos técnicos reúnem servidores das esferas Federal, Estadual e Municipal visando promover o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas. Além disso, cabe destaque ao trabalho que vem sendo realizado pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina GTCON/SC, criado pelo Decreto Estadual nº 3.445, de 10 de agosto de 2010, visando à implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Em 2011 o GTCON/SC concentrou seus esforços na adoção de medidas para viabilizar a adaptação do Plano de Contas do Estado de Santa Catarina ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, aprovado pela Portaria STN nº 664 de 30 de novembro de 2010, com vistas a cumprir o prazo estabelecido de adoção obrigatória pela União e Estados a partir de 2013.

A Diretoria de Contabilidade Geral vem implementando, de forma gradativa, as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2011,



em especial no Volume I, com destaque para a reavaliação do patrimônio e a depreciação.

Outra preocupação do Estado de Santa Catarina no ano de 2011, que demandou muito esforço da Diretoria de Contabilidade Geral, foi o atendimento à Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e à Lei Estadual nº 15.617/2011 (Lei da Transparência Estadual). Além do Balanço Geral, que é um instrumento de transparência e controle social imprescindível à consolidação da democracia, outros relatórios foram ineditamente disponibilizados no Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina (www.transparencia.sc.gov.br), mostrando que, a partir da publicidade das informações, deseja-se que o cidadão identifique e acompanhe a origem e a aplicação dos recursos públicos, mensurando a eficiência e eficácia da gestão governamental. Como resultado positivo deste esforço, o Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina foi classificado em 2011 como um dos Portais de Transparência mais eficientes do Brasil, de acordo com estudo feito pelo Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa foi elaborada para apresentar um diagnóstico da transparência fiscal no Brasil, com informações sobre a funcionalidade das ferramentas utilizadas pelos governos em temas como receita e despesa pública, acesso e boas práticas.

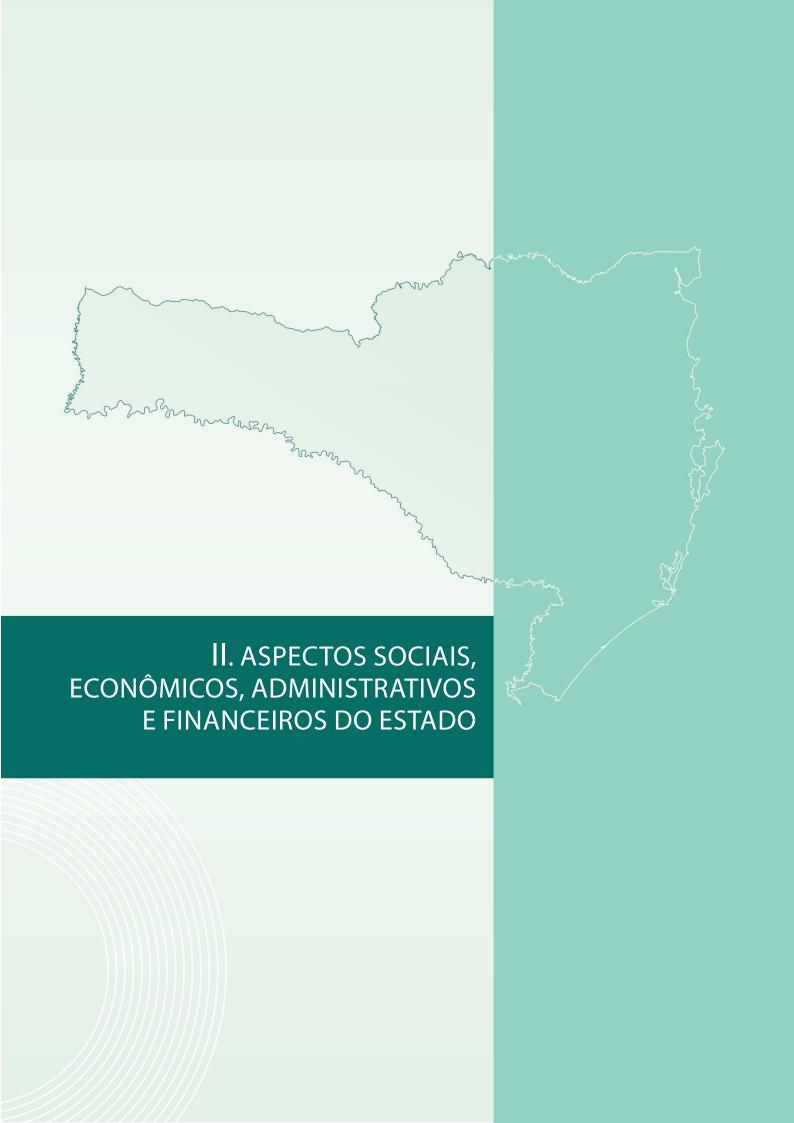
As ações voltadas à implementação das Leis de Acesso à Informação e da Transparência Estadual, à convergência das demonstrações contábeis às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como à modernização administrativa, especialmente para a geração e gestão de dados relacionados a licitações, contratos e recursos orçamentários e financeiros, transcenderão o ano de 2011 e em 2012 serão intensificadas, objetivando aumentar a transparência da gestão fiscal e contribuir para reforçar o papel da sociedade no monitoramento sobre a aplicação dos recursos públicos.

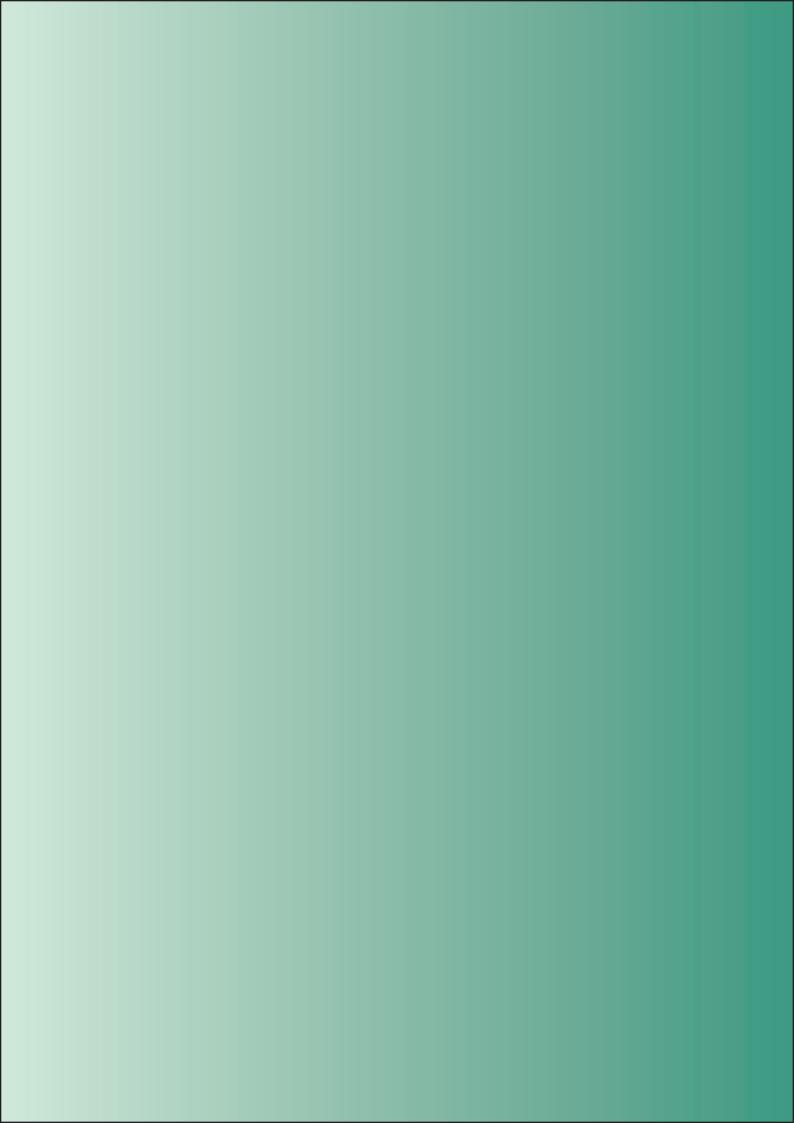
Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2011 estará disponível, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.sef.sc.gov.br e www.transparencia.sc.gov.br. Os volumes impressos estarão disponíveis na Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Diretoria de Contabilidade Geral está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2011.

Diretoria de Contabilidade Geral









1. O Estado de Santa Catarina

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e cultura.

Santa Catarina está situada no Sul do Brasil, bem no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. O Estado faz fronteira com a Argentina na região Oeste. Florianópolis, a Capital, está a 1.850 km de Buenos Aires, 705 km de São Paulo, 1.144 km do Rio de Janeiro e 1.673 km de Brasília. Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57′41″ e 29°23′55″ de latitude Sul e entre os meridianos 48°19′37″ e 53°50′00″ de longitude Oeste.



Fonte: http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/brasil/imagens/mapa-do-brasil-4.gif

O Estado de Santa Catarina possui uma área de 95,4 mil km² e é formado por 293 municípios.



Sua população, segundo os dados do censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é de 6.178.603 pessoas, o que representa 22,87% da população da região Sul que é de 27.022.098 habitantes. Santa Catarina tem como principais cidades: Florianópolis, que é a capital do Estado, Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma, Itajaí, Tubarão, Brusque e Chapecó.

O Estado continua campeão em produtividade, sendo o primeiro na produção de suínos, maçã, cebola e pescados e o segundo na produção de arroz, fumo e frangos. Sua atividade econômica é caracterizada pela divisão em pólos: agroindustrial (Oeste), eletro metal-mecânico (Norte), madeireiro (Planalto e Serra), têxtil (Vale do Itajaí), mineral (Sul), tecnológico (Capital) e turístico (todas as Regiões).

O equilíbrio e o dinamismo da economia catarinense refletem-se nos elevados índices de crescimento, alfabetização, emprego e renda per capita, muito superiores à média nacional.

No sítio do Estado de Santa Catarina, http://www.sc.gov.br, são encontrados dados mais abrangentes sobre a sua geografia, história, colonização, povo, cultura e seus atrativos turísticos.



2. Aspectos sociais

Saúde

Em 2011 a saúde pública foi prioridade para o Governo do Estado com aplicações de recursos na ordem de R\$ 1,875 bilhão, representando um acréscimo de 7% em relação ao ano de 2010.

O Estado conta com 208 hospitais em atividade, totalizando 16 mil leitos, sendo 900 de Unidades de Terapia Intensiva - UTIs.

Em média são atendidos 995 mil pacientes, anualmente, pelos 14 hospitais públicos administrados pela Secretaria de Estado da Saúde. Em 2011 foram 78 mil internações, 35 mil cirurgias, 18 mil partos e 2,6 milhões de exames complementares e especiais.

O grupo de profissionais à disposição dos catarinenses conta com 1.441 equipes de Estratégia em Saúde da Família, 853 de saúde bucal, 174 núcleos de Apoio à Saúde da Família e 9.375 agentes comunitários.

Do total de óbitos hospitalares ocorridos na região sul, Santa Catarina é responsável por apenas 19%, conforme dados do DATASUS-2010.

MORBIDADE HOSPITALAR			
Unidade da Federação % de óbitos hospitalares			
TOTAL DA REGIÃO SUL	17,68		
Paraná	37,00		
Santa Catarina	19,00		
Rio Grande do Sul	44,00		

Fonte: Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. DATASUS 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 de março de 2012.

Santa Catarina também se destacou em 2011 no número de transplantes de medula óssea e tecidos, conforme dados da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos.

NÚMERO DE TRANSPLANTES DE MEDULA ÓSSEA POR ESTADO DURANTE O ANO DE 2011					
Unidade da Federação	Número de transplantes de Medula Óssea	% de Transplantes de Medula Óssea			
SP	898,00	51,70%			
PR	207,00	11,92%			
RS	145,00	8,35%			
RJ	116,00	6,68%			
PE	112,00	6,45%			
MG	75,00	4,32%			
SC	47,00	2,71%			
RN	40,00	2,30%			
GO	31,00	1,78%			
BA	30,00	1,73%			
ES	19,00	1,09%			
CE	17,00	0,98%			
BRASIL	1737,00	100,00%			

Fonte: Associação Brasileira de Transplante de Órgãos. Disponível em:

 $<\!www.abto.org.br/abtov02/portugues/populacao/rbt/mensagemRestrita.aspx?idCategoria=2>.\ Acesso\ em:\ 05\ de\ março\ de\ 2012.$

Educação

Em 2011 foram aplicados mais de R\$ 877 milhões na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos mais de 600 mil alunos que estudam em uma das 1.303 escolas da rede pública estadual.

Neste ano começaram as obras de construção de 26 novas escolas e três Centros de Educação Profissional - CEDUPs objetivando ampliar o número de vagas e oportunizar aos mais jovens o acesso à educação.

Os investimentos em educação têm reflexo direto nos índices de qualidade do ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, calculado e divulgado a cada dois anos demonstra a evolução na qualidade do ensino em Santa Catarina, um dos melhores do Brasil.

		IDEB 2005		IDEB 2007 IDEB 2			IDEB 2009	В 2009	
Região/UF	4º Série	8º Série	Ensino Médio	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio	4º Série	8ª Série	Ensino Médio
Norte	3,0	3,2	2,9	3,4	3,4	2,9	3,8	3,6	3,3
Nordeste	2,9	2,9	3,0	3,5	3,1	3,1	3,8	3,4	3,3
Centro Oeste	4,0	3,4	3,3	4,4	3,8	3,4	4,9	4,1	3,5
Sudeste	4,6	3,9	3,6	4,8	4,1	3,7	5,3	4,3	3,8
Sul	4,4	3,8	3,7	4,8	4,1	3,9	5,1	4,3	4,1
Santa Catarina	4,4	4,3	3,8	4,9	4,3	4,0	5,2	4,5	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://sistemasideb.inep.gov.br/result

A taxa de analfabetismo em Santa Catarina também está muito abaixo da média nacional, como demonstra a tabela a seguir:

TAXA DE ANALFABETISMO — 2009 (% população de 15 ou mais anos de idade)				
Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo % população de 15 anos ou mais			
Região Norte	10,57			
Região Nordeste	18,69			
Região Centro Oeste	7,99			
Região Sudeste	5,68			
Região Sul	5,46			
Brasil	9,70			
Santa Catarina	4,91			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 de março de 2012.

Segurança

Em 2011 foram aplicados mais de R\$ 1,692 bilhão na Segurança Pública catarinense, representando um acréscimo de 10% em relação ao ano anterior. Deste montante, R\$ 1,133 bilhão foi destinado à folha de pagamento, R\$ 457 milhões à manutenção dos serviços públicos em segurança e R\$ 103 milhões destinados a investimentos.

Das ações realizadas em Segurança Pública, em 2011, destaca-se a ampliação do efetivo policial do Estado de Santa Catarina. Foram disponibilizados à população mais 444 policiais militares, 145 bombeiros militares, 72 servidores para o Instituto Geral de Perícias (IGP) e 202 policiais civis. Salienta-se também que mais de 800 policiais militares estão em formação e há previsão de nomeação de mais de 613 concursados da polícia civil para 2012.

Santa Catarina é um dos Estados mais seguros para se viver e tem a menor taxa de homicídios do país. Em 2011 houve uma redução de 2,08% no número de homicídios dolosos em comparação a 2010 e foram registrados 848 assassinatos em 2011 contra 866 em 2010. A taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes é de 13,57%.

Outro destaque positivo na segurança pública é o índice de resolução dos crimes que chega a 60,61%, com destaque para Florianópolis, onde 81,32% dos crimes são esclarecidos.

Em relação aos investimentos realizados em 2011, destaca-se a aquisição de mais de 615 viaturas para o sistema de segurança pública.

Infraestrutura

O Estado de Santa Catarina em 2011 pavimentou e reabilitou 225,2 km de rodovias estaduais. Destacam-se neste ano a conclusão da duplicação da rodovia SC-401, que dá acesso às praias do norte de Florianópolis e possui um intenso fluxo de veículos, principalmente, no verão. Também nesta rodovia foram construídos 8 km de ciclovias e 8,4 km de passeios para pedestres.

Na SC-405, também em Florianópolis, foi inaugurada a 3ª faixa, diminuindo sensivelmente os constantes engarrafamentos para o sul da ilha. Outra rodovia concluída foi a SC-480 que liga o município de São Domingos a Bom Jesus.

Na infraestrutura aeroportuária houve investimentos em quase todos os aeroportos do Estado, destacando-se R\$ 6,2 milhões para obras no aeroporto de Chapecó, R\$ 3 milhões para o aeroporto da cidade de Criciúma.

Em Florianópolis, o Governo do Estado intermediou junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO o processo para a construção de um novo terminal de passageiros no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, que é o 14º mais movimentado do país e um dos que mais recebem voos durante o verão. Isso resultará na ampliação da capacidade do aeroporto para 2,7 milhões de passageiros ao ano. Este projeto será custeado com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, orçado em R\$ 420 milhões.

Na infraestrutura portuária, a Administração do Porto de São Francisco do Sul buscou adequação às exigências ambientais e operacionais aumentando a dragagem de aprofundamento em 14 metros no canal de acesso e berço de atracação, visando atender o aumento da frota mundial de navios de grande porte.

Turismo

O turismo em Santa Catarina é uma grande área da atividade econômica, representando 12,5% do PIB do Estado, impactando a vida de 600 mil pessoas. Santa Catarina é o único Estado do Brasil que possui um fundo público para fomentar a área turística, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo, vinculado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

O Estado recebeu em 2011 dois prêmios importantes da área de turismo. Durante 5 anos consecutivos o Estado vem sendo considerado o melhor destino turístico do Brasil, prêmio idealizado pela revista Viagem e Turismo, da Editora Abril. A Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR foi eleita a melhor empresa pública de turismo do Brasil, prêmio concedido pela revista Mercados e Eventos do Grupo Folha Dirigida.

Em 2010 houve um aumento de 31,70%, em relação a 2009, no número de turistas que chegaram ao Brasil, por via aérea, desembarcando em nosso Estado.

CHEGADA DE TURISTAS POR SANTA CATARINA (VIA AÉREA) SEGUNDO CONTINENTES - 2009-2010						
Continente de Origem	Continente de Origem 2009 2010					
África	73	86				
América Central e Caribe	20	56				
América do Norte	300	479				
América do Sul	53.090	69.654				
Ásia	65	101				
Europa	1.031	1.471				
Oceania	98	190				
TOTAL	54.579	71.847				

Fonte: Secretaria Nacional de Política de Turismo. Anuário Estatístico do Turismo 2011. Ano base 2010. Volume 38. Disponível em:

Qualidade de Vida

O catarinense tem uma das melhores qualidades de vida do Brasil. Um dos indicadores que corroboram com esta informação é o percentual da população que recebe abaixo de meio salário mínimo, que em Santa Catarina é menor que o restante das outras regiões do Brasil e também da média nacional, conforme tabela a seguir.

Unidade da Federação	% população com renda menor que ½ salário mínimo
Região Norte	44,50
Região Nordeste	52,39
Região Centro Oeste	24,41
Região Sudeste	19,61
Região Sul	17,68
Brasil	31,10
Santa Catarina	11,89

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 05 de março de 2012.

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuxri o_Estatxstico_2011_-_Ano_base_2010_-_24-05-2011.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2012.



Outro fator importante para identificar a qualidade de vida dos catarinenses é a taxa de desemprego da população economicamente ativa de 16 anos ou mais, que no Estado está abaixo das outras regiões e do Brasil, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Unidade da Federação	Taxa de desemprego 16 anos ou mais
Região Norte	8,49
Região Nordeste	8,90
Região Centro Oeste	7,55
Região Sudeste	8,63
Região Sul	5,77
Brasil	8,16
Santa Catarina	5,08

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores. Acesso em: 05 de março de 2012.



3. Aspectos Econômicos

Setor Industrial

O ano de 2011 foi marcado por uma aceleração da inflação e dos juros e diminuição do ritmo de consumo, influenciado, mais recentemente, pela crise econômica de alguns países da União Europeia e o baixo crescimento norte-americano. Os reflexos foram sentidos, principalmente, na produção e nas vendas da indústria nacional e catarinense.

A produção industrial estadual, após uma boa recuperação em 2010, apresentou queda de 5,1% em 2011. A indústria catarinense continua sofrendo com a concorrência chinesa, principalmente nos setores têxtil e metal-mecânico. O setor cerâmico, na qual a China é a maior produtora mundial de revestimentos, vem apresentando dificuldades, apesar de ter recuperado um pouco sua produção e suas vendas. A crise internacional, o câmbio desfavorável, o aumento no custo da matéria-prima, principalmente do algodão, tem contribuído para os resultados negativos do parque fabril do Estado.

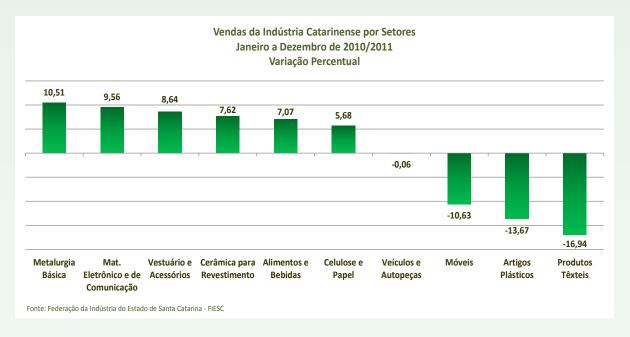
Para a indústria catarinense, os principais impactos negativos na produção foram observados nos setores têxtil (-17,8%), de máquinas e equipamentos (-9,6%) e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-17,3%), em virtude, dentre outros fatores, do recuo na fabricação de roupas de banho e tecidos de algodão, refrigeradores e compressores e, ainda, motores elétricos. A capacidade instalada reduziu de 85,88% para 82,92%. A influência positiva coube à indústria de vestuário e acessórios (+6,8%) e celulose e papel (+2,4%).

Os maiores incrementos no faturamento couberam à metalúrgica básica (10,51%), material eletrônico e de comunicação (9,56%) e vestuário (8,64%). Os maiores recuos foram para os produtos têxteis (-16,94%), plásticos (-13,67%) e móveis (-10,63%).

Apesar da queda na produção industrial brasileira e catarinense, as vendas das empresas industriais tiveram crescimento real em 2011 de 1,45% em relação ao ano anterior.

Os produtos importados têm garantido melhor desempenho no faturamento, pois muitas indústrias têm utilizado matérias-primas importadas mais baratas ou até adquirido produtos acabados ou semi-acabados e revendendo no mercado interno.





Comércio Exterior (Importações e Exportações)

A exportações catarinenses em 2011 totalizaram US\$ 9,051 bilhões (US\$ 7,582 bilhões em 2010), um acréscimo de 19,39% em relação a 2010. No entanto, as importações catarineses em 2011 aumentaram 24,05% em relação a 2010, totalizando US\$ 14,854 bilhões (US\$ 11,978 bilhões em 2010). Dessa forma, o resultado da Balança Comercial de Santa Catarina no exercício de 2011 foi negativo em US\$ 5,803 bilhões, aumentando o resultado negativo de 2010 (US\$ 4,396 bilhões) em 32,01%.

Importações

O cátodo de cobre continua como o principal produto importado pelo Estado. Responde por 10,62% do total das importações. Em valor (US\$ 1,57 bilhão), está distanciado do segundo colocado, os polietilenos (US\$ 254,8 milhões). O alumínio bruto teve um crescimento relevante de 414,34% em 2011, atingindo a cifra de US\$ 133,5 milhões. A importação do polipropileno (US\$ 176,5 milhões) cresceu 52,85%, no período.

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS Janeiro a Dezembro de 2011					
Produtos US\$ mil Part. % Var.%*					
Cátodos de cobre	1.577.610	10,62%	10,86%		
Polietilenos	254.850	1,72%	6,97%		
Polímeros de etileno	199.458	1,34%	8,33%		
Fio de fibras artificiais	179.240	1,21%	9,90%		
Policloreto de vinila	176.563	1,19%	28,44%		
Polipropileno	176.509	1,19%	52,85%		
Pneus p/ ônibus ou caminhões	161.138	1,08%	32,59%		
Fio de poliesteres	140.475	0,95%	-3,86%		
Alumínio	133.551	0,90%	414,34%		
Fios de cobre	131.393	0,88%	15,56%		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais Produtos Importados. Disponível em: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076. Acesso em 05 de março de 2012.

A China continua como o principal país vendedor para o Estado, sua participação (26,78%) representa mais que o dobro do segundo colocado, o Chile (10,42%). O incremento de negócios da China com Santa Catarina, em 2011, foi de 28,09% em relação ao ano de 2010. A balança comercial do Estado com a China, atualmente, já equivale a mais de 61% do déficit total da balança comercial catarinense (US\$ 3,58 bilhões).

PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES Janeiro a Dezembro de 2011

Países	US\$ mil	Part. %	Variação 2010/2011 %
China	3.977.652	26,78%	28,09%
Chile	1.547.762	10,42%	7,77%
Argentina	1.258.056	8,47%	16,44%
Estados Unidos	987.401	6,65%	14,87%
Alemanha	686.067	4,62%	37,73%
Peru	546.369	3,68%	66,05%
Coréia do Sul	446.623	3,01%	5,78%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais Paises e Blocos Econômicos de Origem. Disponível em:

http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076. Acesso em 05 de março de 2012.



Exportações

Santa Catarina é o décimo maior exportador nacional. Em 2011, as exportações catarinenses atingiram o montante de US\$ 9,05 bilhões, incremento de 19,38% em relação a 2010. No entanto, a participação percentual do Estado nas exportações brasileiras passou de 3,75% em 2010 para 3,53% em 2011. O Brasil cresceu 26,81% nas exportações.

Entre as principais empresas exportadoras catarinenses, a empresa Seara Alimentos S.A. permanece líder com participação de 8,82% do total das exportações do Estado. Em seguida vem a Weg S.A. com 8,41% e a Whirlpool S.A. com 6,57%. O maior crescimento nas exportações no ano de 2011, em relação ao ano anterior, foi da empresa Frigorífico Riosulense S.A. com 50,51%. Em seguida a Cooperativa Central Oeste com 48,77% e a Tupy S.A. com 34,40%.

PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS Janeiro a Dezembro de 2011					
Empresa	US\$ mil	Part.	Var.%*		
1ª - Seara Alimentos S/A	798.721	8,82%	23,48%		
2ª - WEG S.A.	760.829	8,41%	30,84%		
3ª- WHIRLPOOL S.A	594.575	6,57%	13,27%		
4ª- Sadia S.A.	572.982	6,33%	4,22%		
5ª- BRF S.A.	568.632	6,28%	8,44%		
6ª- Tupy S.A.	511.832	5,65%	34,40%		
7ª- Souza Cruz S.A.	420.160	4,64%	18,56%		
8ª- Coop.Central Oeste	297.172	3,28%	48,77%		
9ª- Universal Leaf Tabacos Lt	185.560	2,05%	-55,51%		
10ª-Frigorif. RioSulense S.A.	155.080	1,71%	50,51%		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais Empresas Exportadoras. Disponível em: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076. Acesso em 05 de março de 2012.

^{*}variação janeiro a dezembro de 2010/2011

O agronegócio continua sendo o principal setor das exportações catarinenses, respondendo por 5 dos 10 principais produtos de exportação e por aproximadamente metade do PIB do Estado. O processamento de frango (miudezas) responde por 16,70% das exportações, seguido pelo setor de fumo com 8,60% e de motocompressores com 5,20%.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS Janeiro a Dezembro de 2011					
Produtos	US\$ mil	Part.	Var.%*		
Frango -Pedaços e Miudezas	1.511.826	16,70%	30,96%		
Fumo	778.065	8,60%	6,65%		
Motocompressores	470.707	5,20%	2,30%		
Blocos de cilindros e cabeçotes	425.008	4,70%	46,53%		
Carnes de Suínos	411.065	4,54%	52,50%		
Carnes galos e galinhas	376.494	4,16%	14,26%		
Motores elétricos 750w	299.666	3,31%	47,94%		
Carnes outros animais	262.525	2,90%	3,47%		
Prep.aliment. e conservas galos	255.364	2,82%	-9,50%		
Motores elétricos 75kW	226.798	2,51%	23,72%		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais Produtos Exportados. Disponível em: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076. Acesso em: 05 de março de 2012.

Em 2011, dentre os 10 principais produtos exportados, destaca-se o crescimento dos setores de carnes de suínos (+52,50%), motores elétricos 750w (+47,94%) e blocos de cilindros e cabeçotes (+ 46,53%).

Os Estados Unidos permanecem como principal parceiro de Santa Catarina nas exportações, embora sua participação venha caindo acentuadamente, de 23% nos últimos anos, para 10,96% em 2011. O Japão é o segundo maior comprador dos produtos catarinenses, com aumento de participação de 42,76% em relação ao ano anterior. A Argentina, terceiro maior parceiro, teve uma variação positiva de 23,30% em 2011. A Holanda registrou um incremento de apenas 1,10%, mas permanece entre os quatro principais países nos negócios com o Estado. A China comprou 51,61% mais em 2011 do que em 2010, sendo a quinta nação em valores nas exportações estaduais.

^{*}variação janeiro a dezembro de 2010/2011



PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES Janeiro a Dezembro de 2011

Países	US\$ FOB mil	Part. %	Variação 2010/2011 %
Estados Unidos	992.441	10,96%	9,59%
Japão	684.398	7,56%	42,76%
Argentina	678.511	7,50%	23,30%
Holanda	640.723	7,08%	1,10%
China	410.297	4,53%	51,61%
Reino Unido	368.912	4,08%	22,84%
Alemanha	367.067	4,06%	20,44%
Rússia	287.251	3,17%	30,42%
Hong Kong	280.591	3,10%	37,36%
México	280.402	3,10%	-2,42%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais Países e Blocos de Destino. Disponível em:

http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076. Acesso em: 05 de março de 2012.

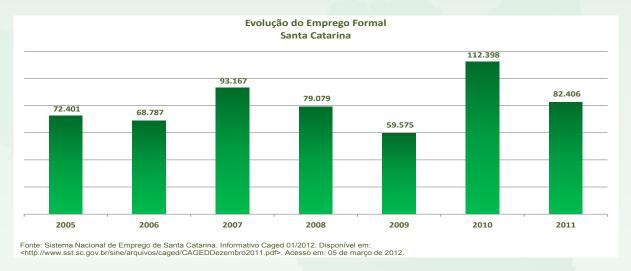
A União Europeia continua sendo o principal bloco econômico nos negócios catarinenses, e no ano de 2011 responde por 25,20% do total das exportações estaduais, o que representou um volume de US\$ 2,28 bilhões. Em sequência vem a Ásia com 20,74% de participação e o Mercosul com 11,85%.

Mercado de trabalho

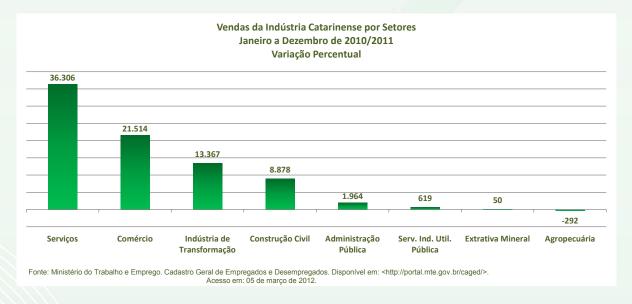
O mercado de trabalho nacional apresentou queda na criação de vagas com carteira assinada em 2011, segundo o SINE/SC – Sistema Nacional de Emprego, vinculado à Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado, tendo recuado 23,5% em relação ao ano de 2010. Mesmo assim, o Brasil criou 1.944.560 postos de trabalho.

Em Santa Catarina, apesar da redução de 26,7% em 2011 em relação a 2010 (recorde histórico), foram criadas 82.406 novas vagas de trabalho formal, sendo o terceiro melhor resultado dos últimos sete anos. O Estado encontra-se na sétima colocação nacional na geração de empregos formais, em valores absolutos.





Das atividades econômicas, o setor de serviços foi o responsável, em 2011, pela maior abertura de novas vagas (36.306), com a ampliação de mais de 4.000 postos em relação à 2010 (crescimento de 6,5%). A indústria gerou 13.367 vagas em 2011, redução de 66%, comparativamente ao ano de 2010, quando foram gerados mais de 40 mil postos de trabalho. O comércio abriu 21.514 novas vagas, redução de mais de 7.000 vagas em relação ao ano de 2010.



Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, o ano de 2011 foi um momento de redução nos investimentos da indústria, face à crise econômica, com retração na produção e redução no emprego.

Das 36 cidades de Santa Catarina com mais de 30 mil moradores, no mês de dezembro de 2011, os melhores resultados no emprego formal foram em Florianópolis (+769 vagas), Balneário Camboriú (+633) e Imbituba (+105). Nas três cidades o resultado foi impulsionado pelos setores de serviços e comércio. Já os maiores números de desligamentos no mês ocorreram em Blumenau

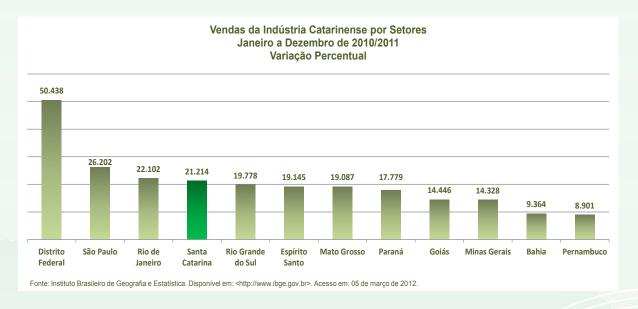


(-4.421 postos), Jaraguá do Sul (-1.852) e Joinville (-1.448).

A queda no número de empregos foi impulsionada, principalmente, pela indústria e é reflexo da economia global. Na indústria, o setor que mais sofreu impacto foi o têxtil, com um resultado anual de -3,15% na geração de empregos com carteira assinada, seguido por madeira e mobiliários (-0,4%). Os resultados positivos foram para os setores mecânico (2,5%), metalúrgico (3,4%) e alimentos e bebidas (4,5%).

Produto Interno Bruto - PIB

Santa Catarina é líder no PIB per capita da Região Sul e o quarto do País, com elevação para R\$ 21.214,53. A participação catarinense no PIB do Brasil é de 4% e encontra-se na oitava colocação, com o montante de R\$ 129,80 bilhões, em 2009 (últimos dados oficiais).



Em 2009 o PIB catarinense, o brasileiro e o de outros estados tiveram queda em virtude da crise financeira mundial. Santa Catarina também sofreu com efeitos climáticos adversos no final de 2008, que refletiram no ano seguinte.

O PIB catarinense é, aproximadamente, igual à soma dos PIBs do Paraguai, Uruguai e Bolívia, juntos.

Dos 293 municípios catarinenses, os que apresentaram os maiores PIBs, em 2009, foram: Joinville (R\$ 13,3 bilhões), Itajaí (R\$ 10,9 bilhões), Florianópolis (R\$ 8,3 bilhões), Blumenau (R\$ 7,7 bilhões) e Jaraguá do Sul (R\$ 4,7 bilhões). Esses cinco municípios estão entre os cem com maior PIB do País, possuem 24,8% da população catarinense e 34,6% de participação no PIB estadual.

Na lista dos 30 maiores municípios da Região Sul, em relação ao Produto Interno Bruto,

Santa Catarina possui 7, sendo eles: Joinville (4°); Itajaí (8°); Florianópolis (10°); Blumenau (11°); Jaraguá do Sul (20°); São José (24°); São Francisco do Sul (28°).

O maior PIB per capita do Estado pertence a São Francisco do Sul (R\$ 82.984) seguido de Itajaí com R\$ 63.170. Florianópolis ocupa a 74º posição no Estado, porém é a oitava capital com maior PIB per capita do país.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2011 o crescimento do PIB nacional foi de 2,7% (7,5% em 2010). Apesar do modesto crescimento do PIB nacional em 2011, este ultrapassou pela primeira vez na história a marca dos R\$ 4 trilhões, tendo alcançado o valor de R\$ 4,143 trilhões, o suficiente para o Brasil ultrapassar o Reino Unido como a sexta maior economia do mundo.

4. Aspectos Administrativos

O modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual foram instituídos pela Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual está organizada em dois níveis:

Nível Setorial - compreende as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que têm o papel de planejar, estabelecer diretrizes e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e

Nível Regional - compreende as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, que devem atuar como agências de desenvolvimento, na execução das políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelas Secretarias de Estado Setoriais e estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado.

A Administração Pública Estadual compreende:

Administração Direta - constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete do Governador do Estado, do Gabinete do Vice-Governador, das Secretarias de Estado e das Secretarias Especiais e Executivas; e

Administração Indireta - constituída pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O primeiro ano de mandato do Excelentíssimo Governador de Estado, Sr. João Raimundo Colombo, foi marcado por uma reforma administrativa. Em abril de 2011 foi sancionada a Lei Complementar nº 534, que alterou a Lei Complementar nº 381/2007, modificando a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Nesta minirreforma foram criadas as seguintes secretarias:



Secretaria de Estado da Defesa Civil – com a criação desta Secretaria, a Defesa Civil do Estado, antes vinculada a Secretaria de Segurança Pública foi elevada ao status de Secretaria de Estado, demonstrando toda a preocupação do Governo com esta área. Com a criação de uma secretaria, a Defesa Civil ampliou o seu quadro de servidores e o seu orçamento, buscando desenvolver ações preventivas e respostas mais imediatas à população.

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – a área de Justiça e Cidadania antes integrante da Secretaria da Segurança Pública, foi alçada a nível de Secretaria de Estado, fortalecendo as ações que estão sob a sua gestão. Com a criação desta Secretaria, os Fundos Estaduais que estavam vinculados à Secretaria de Segurança Pública passaram a ter sua vinculação à Justiça e Cidadania, quais sejam: Fundo Rotativo da Penitenciária de Joinville, Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos, Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis, Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó, Fundo Penitenciário de Santa Catarina, Fundo Rotativo da Penitenciária da Grande Florianópolis e Fundo da Defensoria Dativa.

A Lei Complementar nº 534/2011 também criou a Diretoria de Apoio às Microempresas e ao Empreendedor Individual na estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, demonstrando a preocupação do Governo em apoiar o pequeno empresário que muito contribui na formação da riqueza do Estado, gerando emprego e renda.

No tocante a transparência da gestão pública, cabe destaque à promoção da Transparência da Gestão Fiscal como uma das competências da Secretaria de Estado da Fazenda. Nesse sentido, houve a criação, na estrutura da Diretoria de Contabilidade Geral da SEF, da Gerência de Informações Contábeis – GEINC, com a responsabilidade da elaboração e divulgação de relatórios e informações para promover a transparência pública, tais como este Balanço Geral, os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a manutenção e evolução do Portal de Transparência do Governo (www.transparencia.sc.gov.br).

Outro ponto de destaque da minirreforma trata do planejamento governamental, onde a Secretaria de Estado do Planejamento passou a ser responsável pelo planejamento estratégico do Governo do Estado, deixando o planejamento orçamentário, que engloba a elaboração dos instrumentos de planejamento do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, com a criação da Diretoria de Planejamento Orçamentário.

Com o objetivo de atender a ressalva nº 6 e a recomendação nº 8 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nas contas do governo anterior, no que se refere à análise da execução do orçamento de investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme art. 70, inciso IV, da Resolução nº TC-06/2011, o



Governo do Estado, através do Decreto nº 688/2011, estabeleceu que todos os órgãos e as unidades responsáveis por programas, nos termos do Plano Plurianual, deverão prestar informações à Secretaria de Estado da Fazenda conforme o anexo V do mesmo decreto. O acompanhamento físico e financeiro dos Programas de Governo encontra-se disponível no volume II deste Balanço Geral.

Para o exercício financeiro de 2012 esta obrigatoriedade foi prevista da Lei 15.722/2011, que aprovou o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, assim todos os órgãos do Poder Executivo, abrangendo seus fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, pertencentes aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, as informações referentes à execução física das subações sob sua responsabilidade, no módulo de Acompanhamento Físico e Financeiro dos Programas de Governo do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC.

Outra preocupação do Governo do Estado é o cumprimento da Portaria STN nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade Estadual às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

A coordenação deste trabalho no âmbito do Governo do Estado compete a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, que lidera o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina – GTCON/SC¹.

A Portaria STN nº 828/11 estabelece o ano de 2013 como prazo limite para adequação do Plano de Contas dos Estados ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Nesse sentido, em 2011 os esforços do GTCON/SC foram concentrados na adapção do Plano de Contas Estadual ao PCASP, aprovado pela Portaria STN nº 664/2010. Para 2012 estão planejadados a continuação dos trabalhos referentes a implementação do PCASP e devem ser efetuadas as adaptações no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina – SIGEF/SC. O objetivo é automatizar as contabilizações de natureza patrimonial e reduzir ao máximo os impactos das mudanças para os usuários finais do sistema.

Além da adaptação ao PCASP, a Portaria STN nº 828/11 determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, gradualmente a partir de 2012 e integralmente a partir de 2014, o que abrange: I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; IV - registro de fenômenos

¹Criado pelo Decreto Estadual nº 3.445 de 10 de agosto de 2010.

econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e VI - Implementação do sistema de custos.

Além dos trabalhos realizados pelo GTCON/SC, cabe citar o trabalho que vem sendo realizado entre a Gerência de Estudos e Normatização Contábil - GENOC/DCOG da SEF e a Diretoria de Patrimônio - DIPA da Secretaria de Estado da Administração, quanto aos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização de bens móveis, imóveis, e intangíveis, dos quais os reflexos podem ser observados nas informações relativas ao patrimônio no Balanço Geral do Estado de 2011.

Quanto à adoção de sistema de custos, citamos que está em fase de desenvolvimento módulo no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, no entanto ressaltamos que seu uso para a geração de informações gerenciais tem como pré-requisito a consolidação do trabalho de mensuração e controle do patrimônio Estadual.

No tocante ao reconhecimento da receita pelo regime de competência, cabe citar a edição da Portaria SEF nº 081/2012, que criou grupo de trabalho constituído por servidores da Gerência de Contabilidade Financeira - GECOF/DCOG, Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade - GEAFIC/DIAF e da Diretoria de Administração Tributária - DIAT para realizar os estudos e implementar as alterações necessárias nos sistemas de informação.

5. Aspectos Financeiros

Em 2011 a arrecadação bruta do Estado de Santa Catarina totalizou R\$ 21,292 bilhões (R\$ 18,290 bilhões em 2010), aumento de 16,41% em relação ao ano anterior. Das receitas arrecadadas, 98,94% (98,80% em 2010) correspondem às receitas do Poder Executivo e 1,06% (1,20% em 2010) às receitas diretamente arrecadadas pelo Poder Judiciário e Ministério Público.

Em Milhares R\$

PODER / ÓRGAO	2011	V%	2010	V%	Н%
Poder Executivo	21.066.467	98,94%	18.071.406	98,80%	16,57%
Poder Judiciário	196.437	0,92%	194.548	1,06%	0,97%
Ministério Público	29.538	0,14%	24.490	0,13%	20,61%
TOTAL	21.292.441	100,00%	18.290.444	100,00%	16,41%

As despesas do Estado somaram, em 2011, R\$ 14,952 bilhões (13,167 bilhões em 2010), 13,56% a mais do que em 2010. Destas despesas o Poder Executivo foi responsável pela aplicação de 85,08% (85,72% em 2010).

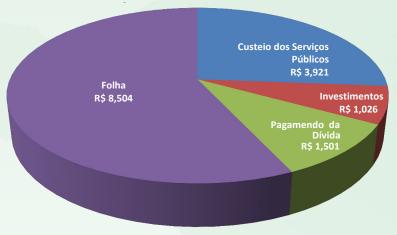
Em Milhares R\$

PODER / ÓRGAO	2011	V%	2010	V%	Н%
Poder Executivo	12.721.317	85,08%	11.287.027	85,72%	12,71%
Poder Judiciário	1.219.709	8,16%	1.004.065	7,63%	21,48%
Assembleia Legislativa	409.406	2,74%	369.351	2,81%	10,84%
Tribunal de Contas	153.749	1,03%	148.058	1,12%	3,84%
Ministério Público	447.599	2,99%	358.463	2,72%	24,87%
TOTAL	14.951.780	100,00%	13.166.964	100,00%	13,56%

Do total aplicado pelo Estado de Santa Catarina, em 2011, foram destinados R\$ 3,921 bilhões (R\$ 3,503 bilhões em 2010) para o custeio dos serviços públicos, R\$ 1,501 bilhão (R\$ 1,242 bilhão em 2010) para o pagamento da dívida pública, R\$ 8,504 bilhões (R\$ 7,293 bilhões em 2010) para a folha de pagamento dos servidores e cerca R\$ 1 bilhão (mesmo valor em 2010) para investimentos.

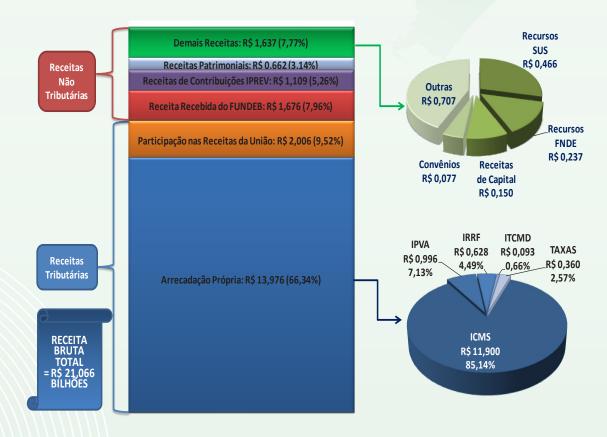






A receita bruta do Poder Executivo aumentou 15,40% em 2011 na comparação com o ano anterior. Em valores, totalizou, R\$ 21,066 bilhões (R\$ 18,071 bilhões em 2010), distribuídos conforme gráfico a seguir:

Receitas do Poder Executivo 2011



As receitas tributárias representaram 75,86% do total arrecadado pelo Poder Executivo em 2011 (77,15% em 2010) e são divididas, para fins de evidenciação, em arrecadação própria e participação nas receitas da União. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: ICMS,

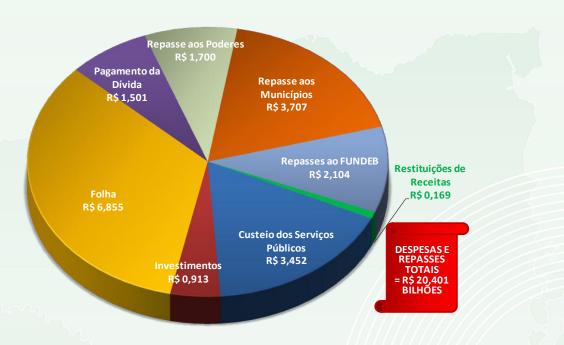


IPVA, ITCMD e IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e dívida ativa. A participação nas receitas da União, refere-se aos tributos arrecadados diretamente pelo Governo Federal definidos em legislação como pertencentes ao Estado, quais sejam, a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a Cota Parte IPI Exportação e a Cota-Parte CIDE.

Destaque para o ICMS, maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2011 um crescimento de 15,82% em relação ao ano de 2010. O ICMS representou, em 2011, 56,49% da arrecadação total do Estado e 85,14% da receita tributária própria.

Do total arrecadado em 2011, o Poder Executivo repassou aos municípios², conforme determinação constitucional e legal, R\$ 3,707 bilhões (R\$ 3,225 bilhões em 2010), ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, R\$ 2,104 bilhões (R\$ 1,814 bilhão em 2010), aos demais Poderes Legislativo e Judiciário, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual, referente à participação na Receita Líquida Disponível – RLD³, R\$ 1,7 bilhão (R\$ 1,427 bilhão em 2010) e restituiu receitas⁴ no valor de R\$169 milhões (R\$ 12 milhões em 2010).





² Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 24.

³ Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2, j.

⁴ Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 24.



Após os repasses e restituições restaram para o Poder Executivo, em 2011, R\$ 13,386 bilhões (R\$ 11,789 bilhões em 2010). Deste total, foram aplicados R\$ 3,452 bilhões (R\$ 3,079 bilhões em 2010) no custeio dos serviços públicos, R\$ 1,501 bilhão (R\$ 1,243 bilhão em 2010) no pagamento da dívida pública, R\$ 6,855 bilhões (R\$ 5,888 bilhões em 2010) na folha de pagamento dos servidores e foi investido cerca de R\$ 1 bilhão (mesmo valor em 2010).

Destes valores aplicados pelo Poder Executivo, 67% foram aplicados no custeio dos serviços públicos de educação, saúde e segurança pública. Nestas áreas também foram aplicados 41% dos investimentos e 47% dos recursos destinados à folha de pagamento dos servidores.

Em Bilhões R\$

FUNÇÃO DE GOVEERNO	Cust	eio	Investir	mento	Fol	ha
FONÇAO DE GOVEERNO	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Educação	0,686	19,87%	0,191	20,92%	1,467	21,40%
Saúde	1,167	33,81%	0,083	9,09%	0,625	9,12%
Segurança Pública	0,457	13,24%	0,103	11,28%	1,133	16,53%
Inativos e Pensionistas	0,000	0,00%	0,000	0,00%	2,513	36,66%
Demais	1,142	33,08%	0,536	58,71%	1,117	16,29%
TOTAL	3,452	100,00%	0,913	100,00%	6,855	100,00%

O pagamento dos servidores inativos e pensionistas representa 37% do total da folha e é de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme definido na Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008. No entanto, a própria lei determinou que a cobertura da insuficiência financeira⁵ da folha do IPREV é de responsabilidade do Tesouro do Estado. No ano de 2011, dos R\$ 2,513 bilhões pagos aos inativos e pensionistas do Poder Executivo, R\$ 1,506 bilhões foram custeados com recursos do Tesouro. Isto representa quase a totalidade da folha dos servidores ativos da Secretaria da Educação.

A baixa capacidade de investimento do Estado (1 bilhão em 2011) está relacionada ao valor elevado da cobertura da insuficiência financeira suportada mensalmente pelo Tesouro do Estado (R\$1,5 bilhão em 2011) e pelos altos juros da dívida pública (R\$ 998 milhões em 2011), que representam 66% dos valores desembolsados no pagamento da dívida.

⁵ Insuficiência financeira é o resultado da diferença entre os valores arrecadados pelo IPREV e os pagamentos dos inativos e pensionistas, conforme artigo 23 da Lei Complementar nº 412/2008.

Cumprimento dos limites constitucionais e legais

O Estado de Santa Catarina, em 2011, cumpriu os limites mínimos constitucionais de saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, bem como as metas de resultado primário e nominal fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, demonstrando uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

Saúde

Em 2011 foram aplicados mais de R\$ 1,875 bilhão (R\$ 1,753 bilhão em 2010) em equipamentos, obras e manutenção dos hospitais públicos e em convênios com hospitais terceirizados, municipais, filantrópicos e organizações sociais.

Os Investimentos do Governo do Estado, atingiram R\$ 83 milhões (R\$ 103 milhões em 2010). Já o custeio na manutenção dos serviços públicos em Saúde consumiu R\$ 1,067 bilhão (R\$ 1 bilhão em 2010) e a folha de pagamento dos servidores ativos somou R\$ 625 milhões (R\$ 571 milhões em 2010).

Para fins de verificação do limite mínimo constituciona⁶ foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,348 bilhão (R\$ 1,154 bilhão em 2010), perfazendo um total de 12,09% da receita líquida de impostos (12,04% em 2010).

Atendendo a ressalva e recomendação do Tribunal de Contas do Estado, em 2011 não foram consideradas as despesas com o pagamento dos inativos da saúde no cálculo do limite mínimo constitucional. Em 2010, foram considerados R\$ 64 milhões, 80% das despesas com pagamento dos inativos.

Outra ação importante do governo do Estado de fomento à saúde foi a instituição do Programa Catarinense de Revigoramento Econômico – REVIGORAR III, destinado à regularização de débitos tributários relativos ao ICM, ICMS, IPVA e ITCMD. Em 2011 o programa arrecadou R\$ 280 milhões, destes, R\$ 70 milhões foram repassados aos municípios, conforme previsto na legislação e R\$ 210 milhões foram destinados ao Fundo Estadual de Saúde – FES. Em 2011 o FES aplicou R\$ 26 milhões dos recursos recebidos do REVIGORAR III.

⁶ O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2, m).

⁷ O Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, prevê uma redução gradativa de 5% ao ano, a contar de 2007, das despesas com pagamento de inativos custeadas com recursos do Tesouro do Estado no cálculo do limite mínimo constitucional da saúde.



Educação

O Governo Estadual aplicou mais de R\$ 2,344 bilhões (R\$ 2,102 bilhões em 2010) na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e na remuneração do magistério que beneficiaram mais de 600 mil alunos.

Os Investimentos do Governo do Estado, atingiram R\$ 191 milhões (R\$ 243 milhões em 2010). Já o custeio na manutenção dos serviços públicos em Educação foi de R\$ 686 milhões (R\$ 639 milhões em 2010) e a folha de pagamento dos servidores ativos somou R\$ 1,467 bilhão (R\$ 1,220 milhões em 2010).

Em 2011 o Estado de Santa Catarina repassou R\$ 2,104 bilhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (R\$ 1,814 bilhão em 2010). Retornaram para o Tesouro do Estado apenas R\$ 1,676 bilhão (1,458 bilhão em 2010), ocasionando uma perda de R\$ 428 milhões (R\$ 356 em 2010).

No entanto, cabe destacar que os recursos do FUNDEB que não retornam ao Tesouro do Estado, são distribuídos entre os municípios catarinenses, pois o FUNDEB é formado com recursos dos impostos do Governo do Estado e dos municípios catarinenses e a redistribuição destes recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.



Conforme previsto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 60% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados na remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio. Em 2011 foram aplicados 69,23% (68,52% em 2010).



Na apuração do limite mínimo constitucional⁸ são considerados os recursos aplicados provenientes dos impostos mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB. Além disso, foram consideradas 75% (80% em 2010) das despesas com o pagamento dos inativos⁹ da Educação no valor de R\$ 470 milhões (R\$ 335 milhões em 2010). Dessa forma, para fins do limite constitucional foram consideradas despesas no valor de R\$ 2,963 bilhões (R\$ 2,509 bilhões em 2010), perfazendo um total de 26,57% da receita líquida de impostos (26,19% em 2010).

A Constituição Estadual também prevê que, pelo menos 5% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino devem ser aplicados na assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina. Durante o ano de 2011 foram aplicados R\$ 45,767 milhões (R\$ 46,392 milhões em 2010), conforme tabela a seguir:

Em Milhares R\$

ESPECIFICAÇÃO	2011	2010
BASE DE CÁLCULO		
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI	11.151.800	9.579.414
Mínimo a ser aplicado na Manutenção do Ensino (25% da RLI)	2.787.950	2.394.854
Valor mínimo a ser aplicado - Art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05. (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	139.398	119.743
APLICAÇÃO (Secretaria de Estado da Educação)		
6302 - Apoio a Estudante de Ensino Superior - Art. 170/CE - SED	43.245	43.978
9785 - Cursos Estratégicos do PROESDE - Prog. Estadual de Desenvolvimento Regional - SED	2.522	2.414
Total aplicado - Art. 170 da CE/89	45.767	46.392
Percentual aplicado	0,41%	0,48%
Insuficiência de aplicação	(93.631)	(73.351)

⁸ O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 25% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2m m).

⁹ O Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, prevê uma redução gradativa de 5% ao ano, a contar de 2007, das despesas com pagamento de inativos custeadas com recursos do Tesouro do Estado no cálculo do limite mínimo constitucional da educação.

Ciência e Tecnologia

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica. Esta aplicação deverá ser efetuada de forma conjunta¹⁰ pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Na apuração do limite mínimo constitucional foram considerados os valores empenhados pela EPAGRI e FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e empenhados pela EPAGRI, UDESC e SDR – Lages, nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Na tabela a seguir são apresentados os valores aplicados nos anos de 2011 e 2010.

Em Milhares R\$

ESPECIFICAÇÃO	2011	2010
VALOR A SER APLICADO (2% da base de cálculo)	301.709	260.306
BASE DE CÁLCULO	15.085.456	13.015.310
Receitas correntes	21.117.938	18.101.876
(-) Deduções da receita orçamentária	(6.032.482)	(5.086.566)
APLICAÇÕES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	301.783	275.419
Epagri (função 20 - agricultura)	256.401	235.960
Despesas empenhadas	256.531	236.842
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	(130)	(882)
Fapesc (função 19 - ciência e tecnologia)	45.382	39.459
Despesas empenhadas pela Fapesc	39.743	38.612
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	(151)	(9)
Despesas empenhadas por descentralização	5.790	856
Na Epagri	532	713
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	(6)	(6)
Na UDESC	264	150
(-) Restos a pagar cancelados no exercício	-	(1)
Na SDR Lages	5.000	-
Percentual aplicado	2,00%	2,12%
Aplicação acima do mínimo constitucional	74	15.113

¹⁰ Conforme art. 100, I, e 112, I, §§ 1° e 2° da Lei Complementar n° 381/2007.



Receita Corrente Líquida - RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida – RCL foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para a apuração dos limites da despesa com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

Em 2011 a RCL totalizou R\$ 13,791 bilhões (R\$ 11,857 bilhões em 2010), o que representou um incremento de 16,31%. As receitas que mais contribuíram para este aumento foram as tributárias (excluídas as receitas com juros e dívida ativa dos tributos), que cresceram 14,82%. O Programa Catarinense de Revigoramento Econômico – REVIGORAR III contribuiu para o aumento da RCL em R\$ 280 milhões. A RCL de 2011 também apresenta uma receita extraordinária, no valor de R\$ 248 milhões, referente ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras avenças firmado entre o Governo do Estado e o Banco do Brasil.

Despesa com Pessoal

Todos os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina cumpriram, em 2011 e 2010, o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as Despesas com Pessoal em relação à RCL, conforme se observa na tabela a seguir:

Especificação	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta	2011	2010	Variação
Poder Executivo	49,00%	46,55%	44,10%	41,80%	41,81%	-0,01%
Poder Legislativo	3,00%	2,85%	2,70%	2,62%	2,67%	-0,05%
Tribunal de Contas	0,80%	0,76%	0,72%	0,73%	0,74%	-0,01%
Assembleia Legislativa	2,20%	2,09%	1,98%	1,89%	1,93%	-0,04%
Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%	5,20%	4,98%	0,22%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%	1,60%	1,63%	-0,03%
Consolidado Geral	60,00%	57,00%	54,00%	51,22%	51,10%	0,12%

Observa-se que, com exceção do Poder Judiciário, todos os Poderes e Órgãos apresentaram variação negativa do percentual da despesa em relação à RCL.

No entanto, é importante destacar que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 17,06% no consolidado geral do Estado e 17,19% no Poder Executivo, conforme demonstrado na tabela a seguir.



Em Milhares RS

TÍTULOS	2011	2010	Variação
CONSOLIDADO - Despesas para fins de limite	7.064.386	6.059.243	16,59%
Despesa bruta com pessoal	8.534.111	7.290.649	17,06%
(-)Despesas não computadas	(1.469.725)	(1.231.406)	19,35%
PODER EXECUTIVO - Despesas para fins de limite	5.765.048	4.958.010	16,28%
Despesa bruta com pessoal	6.885.049	5.875.253	17,19%
(-)Despesas não computadas	(1.120.001)	(917.243)	22,11%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.791.475	11.857.684	16,31%

Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito

A Resolução do Senado nº 40/2001 estabelece que a Dívida Consolidada Líquida - DCL dos Estados não poderá ser superior a 200% da Receita Corrente Líquida - RCL. Em 2011 o percentual da DCL do Estado de Santa Catarina em relação à RCL foi de 45,67% (62,95% em 2010).

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado no final de dezembro de 2011 é de R\$ 93 milhões (R\$ 69 milhões em 2010), representando 0,68% da RCL (0,58% em 2010). O limite máximo estabelecido pela Resolução do Senado nº 43/2001 é de 22% da RCL. As operações de crédito realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) e em 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da LRF e da Resolução do Senado, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

As operações de crédito contratadas pelo Estado não podem ser superiores a 16% da RCL, conforme Resolução do Senado nº 43/2001. Em 2011 o Estado realizou operações de crédito no montante de R\$ 95 milhões (R\$ 69 milhões em 2010), o que representou 0,68% da RCL (0,58 em 2010), conforme segue:

- R\$ 22 milhões com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social BNDES para financiar emergencialmente o Estado;
- R\$ 54 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID com o objetivo de cooperar com melhorias físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual mediante a reabilitação e pavimentação das estradas existentes e o fortalecimento institucional do DEINFRA;
- R\$ 1 milhão com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD com o objetivo de atender o Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III que visa aumentar



a competitividade das organizações dos agricultores familiares de Santa Catarina.

 R\$ 19 milhões com a Corporação Andina de Fomento – CAF com o objetivo de atender o Programa de integração regional (PIR) - Fase I na integração da região nordeste de Santa Catarina com o litoral, viabilizando investimentos portuários e promovendo o desenvolvimento turístico.

Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para poder inscrever despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação.

Em 2011 foram inscritos restos a pagar no montante de R\$ 429 milhões (R\$ 308 milhões em 2010). Destes, R\$ 46 milhões (mesmo valor em 2010) referem-se a restos a pagar processados e R\$ 383 milhões (R\$ 263 milhões em 2010) a restos não processados.

Em Milhares R\$

TÍTULOS	Disponibilidad (a		Obrigações (b		Restos a Pag (c		Disponibilidac após a Incriçã a Pa (d) = (a	o dos Restos gar
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Recursos vinculados	3.359.451	2.476.993	2.774.053	2.222.766	104.620	77.499	480.778	176.728
Recursos vinculados à saúde	255.013	44.635	- 88		49.452	26.780	205.561	17.767
Recursos vinculados à educação	263.870	121.479	854 1.058		38.201	30.142	224.815	90.279
Recusos destinados ao RPPS/SC	180.988	151.907	6	10.732	1.173	1.199	179.809	139.976
Demais recursos vinculados	2.659.580	2.158.972	2.773.193	2.210.888	15.794	19.378	(129.407)	(71.294)
Recursos não vinculados	1.385.751	1.218.429	2.008	11.226	324.162	230.785	1.059.581	976.418
Recursos ordinários do tesouro	430.681	475.796	1.086	2.921	139.662	104.180	289.933	368.695
Demais recursos não vinculados	955.070	742.633	922	8.305	184.500	126.605	769.648	607.723
TOTAL	4.745.202	3.695.422	2.776.061	2.233.992	428.782	308.284	1.540.359	1.153.146

A disponibilidade de caixa líquida das obrigações financeiras¹¹ antes da inscrição dos restos a pagar em 2011 totalizou R\$ 1,969 bilhão (R\$ 1,461 bilhão em 2010). Após a inscrição dos restos a pagar, a disponibilidade financeira restante, no total de R\$ 1,540 bilhão em 2011 (R\$ 1,153 bilhão em 2010), representa o superávit financeiro do exercício.

Resultado Primário

A análise do resultado primário indica quanto o ente público depende de capital de terceiros para manter ou custear suas despesas. Superávits primários são direcionados para o pagamento de serviços da dívida (principal mais juros) e contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Primário para 2011 em R\$ 875 milhões (R\$ 872 milhões para 2010). No exercício financeiro de 2011 o Estado apresentou um Superávit Primário de R\$ 1,260 bilhão (R\$ 880 milhões em 2010).

Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e exercício atual.

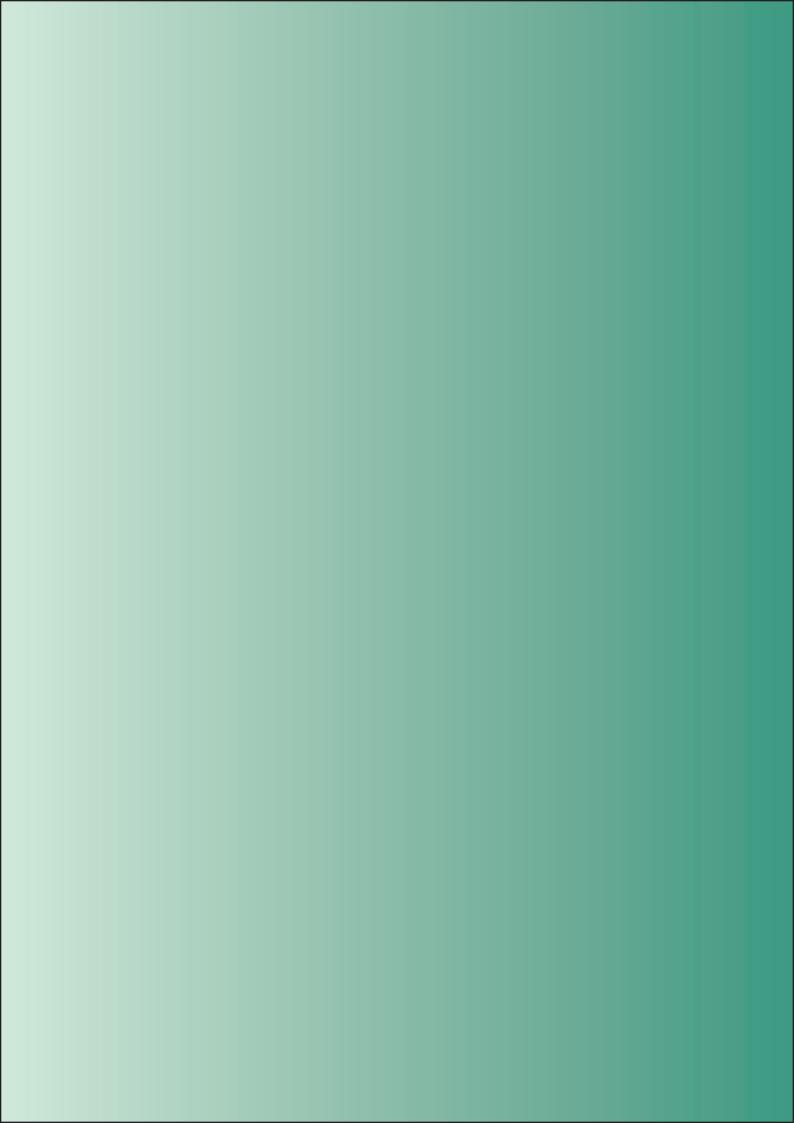
A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Nominal para 2011 em R\$ 229 milhões (R\$ 554 milhões para 2010), ou seja, a LDO autorizou o crescimento da Dívida Fiscal Líquida até este valor. No exercício financeiro de 2011 houve uma redução da Dívida Fiscal Líquida, o que resultou num Resultado Nominal negativo no montante de R\$ 930 milhões (em 2010 o Resultado Nominal foi positivo em R\$ 138 milhões).

¹¹ As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens: consignações, depósitos de diversas origens e outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independente da execução orçamentária.

A tabela a seguir apresenta um resumo do resultado do Estado de Santa Catarina em relação aos limites constitucionais e legais.

				Em Milhares R\$
		2011		2010
SAÚDE	VALOR	% SOBRE A RLI	VALOR	% SOBRE A RLI
Despesas Consideradas para Fins de Limite	1.348.767	12,09	1.153.627	12,04
Mínimo Constitucional a Ser Aplicado (Art. 77 dos ADCT, CF/88)	1.338.216	12,00	1.149.530	12,00
EDUCAÇÃO - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	VALOR	% SOBRE A RLI	VALOR	% SOBRE A RLI
Despesas Consideradas para Fins de Limite	2.963.063	26,57	2.508.902	26,19
Mínimo Constitucional a Ser Aplicado (Art. 212 da CF/88)	2.787.950	25,00	2.394.854	25,00
EDUCAÇÃO - Ensino Superior	VALOR	% SOBRE MDE	VALOR	% SOBRE MDE
Despesas Consideradas para Fins de Limite	45.767	0,41	46.392	0,48
Mínimo Constitucional a Ser Aplicado (Art. 170 da CE/89 e LC 281/05)	139.398	1,25	119.743	1,25
EDUCAÇÃO - FUNDEB aplicado na remuneração do Magitério	VALOR	% SOBRE O FUNDEB	VALOR	% SOBRE O FUNDEB
Despesas Consideradas para Fins de Limite	1.176.411	69,23	1.007.092	68,52
Mínimo Constitucional a Ser Aplicado (Art. 60 dos ADCT, CF/88)	1.019.564	60,00	881.923	60,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	VALOR	% SOBRE AS RECEITAS CORRENTES ARRECADAS	VALOR	% SOBRE AS RECEITAS CORRENTES ARRECADAS
Despesas Consideradas para Fins de Limite	301.824	2,00	275.419	2,12
Mínimo Constitucional a Ser Aplicado (Art. 193 da CE/89)	301.709	2,00	260.306	2,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		13.791.475		11.587.684
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.064.386	51,22	6.059.243	51,10
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	8.274.885	60,00	7.114.610	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	7.861.141	57,00	6.758.880	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.298.321	45,67	7.464.223	62,95
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.582.951	200,00	23.715.367	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	93.335	0,68	69.287	0,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.034.124	22,00	2.608.690	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	95.294	0,69	59.696	0,50
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de	-	-	-	-
Crédito Internas e Externas	2.206.636	16,00	1.897.229	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	965.403	7,00	830.038	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	262.523	1.922.772	217.504	1.415.669
RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR		VALOR
Resultado Primário Apurado no Exercício de Referência		1.259.601		880.446
Meta Fixada na LDO para o Exercício de Referência		874.787		872.000
RESULTADO NOMINAL		VALOR		VALOR
Resultado Nominal Apurado no Exercício de Referência		(929.960)		138.353
Meta Fixada na LDO para o Exercício de Referência		228.665		554.114





1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

R\$ milhares

AT	IVO			PAS	SIVO		
TÍTULOS	NOTA	2011	2010	TÍTULOS	NOTA	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		6.915.096	5.344.993	PASSIVO CIRCULANTE		5.361.035	4.191.910
Disponível	3	4.734.512	3.686.493	Depósitos	12	2.764.518	2.204.384
Créditos em circulação	4	1.878.745	1.423.529	Outras obrigações em circulação	13	2.355.885	1.803.302
Estoques	5	218.737	167.356	Provisões	14	142.149	121.048
Depósitos	6	80.060	65.283	Precatórios	15	41.382	42.398
Direitos sobre concessões	7	2.875	2.231	Receitas a classificar	16	11.543	20.778
Despesas antecipadas		55	55	Receitas Antecipadas	17	45.559	-
Dívida ativa	8	145.191	84.233	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		13.919.025	13.811.602
(-) Provisão para perdas da dívida ativa	8	(145.078)	(84.188)	Operações de crédito internas	18	11.478.136	11.513.885
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		9.220.474	8.121.928	Operações de crédito externas	19	365.235	310.536
Realizável a longo prazo		2.350.087	2.406.626	Depósitos	12	73.843	73.843
Depósitos	6	21.884	3.746	Precatórios	15	537.957	551.177
Direitos sobre concessões	7	5.404	730	Provisões	14	476.232	419.883
Dívida ativa	8	6.527.382	5.989.030	Outras obrigações exigíveis a longo prazo	20	664.542	942.278
(-) Provisão para perdas da dívida ativa	8	(6.513.047)	(5.976.668)	Receitas Antecipadas	17	151.863	-
Créditos realizáveis a longo prazo	4	2.308.465	2.389.788	Provisões matemáticas previdenciárias	21	171.217	-
Investimentos	9	2.683.320	2.543.926	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(3.144.490)	(4.536.591
Imobilizado	10	4.138.445	3.146.880	Patrimônio social / Capital social		166.644	150.646
Intangível	11	48.622	24.496	Reservas		16.598	16.598
				Resultados acumulados		(3.734.183)	(4.764.107)
				Ajustes de exercícios anteriores	22	406.450	60.272
TOTAL DO ATIVO		16.135.570	13.466.920	TOTAL DO PASSIVO		16.135.570	13.466.920
ATIVO FINANCEIRO		6.495.513	4.942.756	PASSIVO FINANCEIRO		4.859.247	3.691.369
ATIVO PERMANENTE		9.640.057	8.524.165	PASSIVO PERMANTE		14.420.813	14.312.143
SALDO PATRIMONIAL						(3.144.490)	(4.536.591
ATIVO CO	MPENSADO)		PASSIVO CO	MPENSAD	00	
TÍTULOS	NOTA	2011	2010	TÍTULOS	NOTA	2011	2010
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	23	7.513.801	6.530.073	Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	23	7.513.801	6.530.073
Compensações ativas diversas		10.126.564	9.093.235	Compensações passivas diversas		10.126.564	9.093.235
TOTAL		17.640.365	15.623.307	TOTAL		17.640.365	15.623.307

No Volume II da presente Prestação de Contas do Exercício de 2011, encontra-se o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial que tem por objetivo apresentar o Superávit/Déficit apurado de acordo com as Destinações de Recursos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares R\$

			RECE	ITAS				
			2011			2010		VARIAÇÃO
TÍTULOS	NOTA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	EXECUÇÃO 2011/2010
Receitas correntes		13.713.174	14.249.389	536.216	12.444.614	12.272.617	(171.998)	16,11%
Receitas tributárias		13.460.008	13.722.374	262.366	11.452.051	11.950.269	498.218	14,83%
Receita de contribuições		379.103	576.865	197.762	552.278	504.535	(47.743)	14,34%
Receita patrimonial		282.000	682.296	400.296	283.980	272.209	(11.771)	150,65%
Receita agropecuária		2.580	1.453	(1.127)	2.117	1.913	(203)	-24,08%
Receita industrial		9.351	7.455	(1.896)	8.838	7.894	(943)	-5,56%
Receita de serviços		184.172	169.538	(14.635)	188.774	162.799	(25.975)	4,14%
Transferências correntes		4.709.967	4.520.063	(189.904)	4.418.575	4.049.099	(369.476)	11,63%
Outras receitas correntes		430.035	601.827	171.792	469.918	410.463	(59.455)	46,62%
Deduções da receita corrente	24	(5.744.043)	(6.032.482)	(288.439)	(4.931.916)	(5.086.566)	(154.650)	18,60%
Receitas de capital		512.695	154.626	(358.069)	407.092	129.172	(277.920)	19,71%
Operações de crédito		324.848	95.294	(229.554)	244.888	59.696	(185.191)	59,63%
Alienação de bens		64.120	3.496	(60.624)	66.767	7.425	(59.342)	-52,92%
Amortização de empréstimos		62.806	51.494	(11.313)	45.038	50.504	5.466	1,96%
Transferências de capital		60.921	4.342	(56.579)	50.400	11.547	(38.853)	-62,39%
Receitas intra-orçamentárias		797.051	855.945	58.894	595.345	767.130	171.785	11,58%
Correntes		796.954	836.067	39.113	594.590	742.693	148.103	12,57%
De capital		97	19.877	19.780	754	24.437	23.683	-18,66%
Subtotal		15.022.920	15.259.960	237.040	13.447.051	13.168.919	(278.133)	15,88%
Déficit		2.260.242	-		1.740.257	-		
TOTAL		17.283.162	15.259.960	237.040	15.187.308	13.168.919	(278.133)	15,88%
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)		1.300.245	969.157	(331.088)	1.104.250	843.467	(260.782)	14,90%



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

					DES	DESPESAS						Em	Em milhares RŞ
			2011						2010				VARIAÇÃO
τίτυιος	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f)=(b-c)	DOTAÇÃO INICIAL (g)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS EMPENHADAS (i)	DESPESAS LIQUIDADAS (j)	DESPESAS PAGAS (k)	SALDO DA DOTAÇÃO (I)=(h-i)	EXECUÇÃO 2011/2010 (m)=(c/i)
Despesas correntes	12.729.406	14.805.778	13.424.082	13,155,887	13,122,927	1.381.696	11.418.253	12.742.800	11.609.996	11.411.608	11.372.422	1.132.804	15,63%
Pessoal e encargos sociais	7.348.801	8.750.669	8.504.480	8.503.364	8.499.260	246.189	4.809.256	5.018.034	4.931.577	4.920.464	4.917.903	86.457	72,45%
Juros e encargos da dívida	750.695	1.002.485	998.237	998.237	998.237	4.248	726.567	820.967	814.237	814.237	814.237	6.730	22,60%
Outras despesas correntes	4.629.910	5.052.624	3.921.364	3.654.286	3.625.430	1.131.260	5.882.430	6.903.799	5.864.182	5.676.908	5.640.282	1.039.617	-33,13%
Despesas de capital	2.265.599	2.450.494	1.527.698	1.413.479	1.400.070	922.796	2.023.349	2.439.060	1.556.967	1.492.832	1.486.257	882.092	-1,88%
Investimentos	1.676.812	1.834.318	966.394	854.097	840.688	867.924	1.367.864	1.856.843	1.088.781	1.026.158	1.019.646	768.062	-11,24%
Inversões financeiras	26.507	90.053	58.637	56.714	56.714	31.416	34.052	145.411	39.718	38.206	38.143	105.694	47,63%
Amortização da dívida	562.280	526.123	502.668	502.668	502.668	23.455	621.433	436.805	428.468	428.468	428.468	8.337	17,32%
Reservas	27.915	26.890				26.890	5.449	5.449				5.449	000%
De contingência	26.915	26.890	·	,	İ	26.890	4.449	4.449	·	·	,	4.449	%00'0
Do RPPS	1.000	·	·	·	·		1.000	1.000	•	•	•	1.000	%00'0
Subtotal	15.022.920	17.283.162	14.951.780	14.569.366	14.522.997	2.331.382	13.447.051	15.187.308	13.166.964	12.904.441	12.858.679	2.020.345	13,56%
Superávit			308.180						1.955				
TOTAL	15.022.920	17.283.162	15.259.960	14.569.366	14.522.997	2.331.382	13.447.051	15.187.308	13.168.919	12.904.441	12.858.679	2.020.345	15,88%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares R\$

IN	GRESSOS			DI	SPÊNDIOS		ilinares KŞ
TÍTULOS	2011	2010	Н%	TÍTULOS	2011	2010	Н%
ORÇAMENTÁRIOS	15.259.960	13.168.919	15,88%	ORÇAMENTÁRIOS	14.951.780	13.166.964	13,56%
Receitas correntes	14.249.389	12.272.617	16,11%	Despesas correntes	13.424.082	11.609.996	15,63%
Receitas tributárias	13.722.374	11.950.269	14,83%	Pessoal e encargos sociais	8.504.480	4.931.577	72,45%
Receita de contribuições	576.865	504.535	14,34%	Juros e encargos da dívida	998.237	814.237	22,60%
Receita patrimonial	682.296	272.209	150,65%	Outras despesas correntes	3.921.364	5.864.182	-33,13%
Receita agropecuária	1.453	1.913	-24,08%				
Receita industrial	7.455	7.894	-5,56%				
Receita de serviços	169.538	162.799	4,14%				
Transferências correntes	4.520.063	4.049.099	11,63%				
Outras receitas correntes	601.827	410.463	46,62%				
Deduções da receita corrente	(6.032.482)	(5.086.566)	18,60%				
Receitas de capital	154.626	129.172	19,71%	Despesas de capital	1.527.698	1.556.967	-1,88%
Operações de crédito	95.294	59.696	59,63%	Investimentos	966.394	1.088.781	-11,24%
Alienação de bens	3.496	7.425	-52,92%	Inversões financeiras	58.637	39.718	47,63%
Amortização de empréstimos	51.494	50.504	1,96%	Amortização da dívida	502.668	428.468	17,32%
Transferências de capital	4.342	11.547	-62,39%				
Outras receitas de capital	-	-	100,00%				
Receitas intra-orçamentárias	855.945	767.130	11,58%				
Correntes	836.067	742.693	12,57%				
De capital	19.877	24.437	-18,66%				
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	45.130.518	39.584.188	14,01%	RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	45.053.819	39.557.190	13,90%
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	117.845.214	103.084.174	14,32%	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	117.182.074	102.689.904	14,11%
Ativo	66.893.044	58.517.497	14,31%	Ativo	67.397.783	58.116.495	15,97%
Depósitos	5.179.291	4.574.345	13,22%	Depósitos	4.619.158	4.156.215	11,14%
Obrigações em circulação	44.933.993	39.183.771	14,68%	Obrigações em circulação	44.317.013	39.612.470	11,88%
Valores pendentes	838.885	808.561	3,75%	Valores pendentes	848.120	804.724	5,39%
SALDOS DAS DISPONBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.686.493	3.263.271	12,97%	SALDOS DAS DISPONBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.734.512	3.686.493	28,43%
Disponível	3.686.493	3.263.271	12,97%	Disponível	4.734.512	3.686.493	28,43%
TOTAL	181.922.185	159.100.551	14,34%	TOTAL	181.922.185	159.100.551	14,34%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



4. Demonstração das Variações Patrimoniais

de dezembro de zuil e de zuio

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

	VARIAÇÕ	VARIAÇÕES ATIVAS			VARI	VARIAÇÕES PASSIVAS	ASSIVAS		
TÍTULOS	NOTA	2011	2010	ЖН	TÍTULOS	NOTA	2011	2010	ЖН
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		15.259.960	13.168.919	15,88%	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		14.951.780	13.166.964	13,56%
Receitas correntes		20.281.871	17.359.182	16,84%	Despesas correntes		13.424.082	11.609.996	15,63%
Receitas de capital		154.626	129.172	19,71%	Despess de capital		1.527.698	1.556.967	-1,88%
Receitas intra-orçamentárias correntes		836.067	742.693	12,57%					
Receitas intra-orçamentárias de capital		19.877	24.437	-18,66%					
Deduções das receitas correntes	24	(6.032.482)	(5.086.566)	18,60%					
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		13.025.031	10.854.174	20,00%	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		13.025.591	10.853.964	20,01%
MUTAÇÕES ATIVAS		1.484.184	1.418.715	4,61%	MUTAÇÕES PASSIVAS		544.104	218.364	149,17%
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		154.210.773	64.852.423	137,79%	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		154.428.547	37.861.698	307,88%
Receitas extra-orçamentárias		5	1	914,00%	Despesas extra-orçamentárias		1.596	2.040	-21,76%
Interferências ativas		31.905.385	28.969.541	10,13%	Interferências passivas		31.905.368	28.628.339	11,45%
Acréscimos patrimoniais		122.305.382	35.882.882	240,85%	Decréscimos patrimoniais		122.521.583	9.231.319	1227,24%
SUBTOTAL		183.979.947	90.294.230	103,76%	SUBTOTAL		182.950.022	62.100.990	194,60%
RESULTADO PATRIMONIAL - DÉFICIT				100,00%	RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT	25	1.029.924	28.193.241	-96,35%
TOTAL		183.979.947	90.294.230	103,76%	TOTAL		183.979.947	90.294.230	103,76%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

								Em milhares R\$
TÍTULOS	NOTA	PATRIMÔNIO SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO ADIANTAMENTO P/ IAL / CAPITAL FUTURO AUMENTO SOCIAL DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL PL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		129.375	8.510	5.815	2.274	(32.957.348)		(32.811.375)
Ajustes de exercícios anteriores	22		•	•	•	•	60.272	60.272
Aumento de capital		21.271	(3.458)	•	•	•	•	17.813
Com reservas e lucros		3.458	(3.458)				•	•
Com subscrição de novas ações		17.813					•	17.813
Resultado do exercício	25			•	•	28.193.241	•	28.193.241
Constituição de reservas			3.458	•	•		•	3.458
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		150.646	8.510	5.815	2.274	(4.764.107)	60.272	(4.536.591)
Ajustes de exercícios anteriores	22		•	•	•	•	346.178	346.178
Aumento de capital		15.998		•	•		•	15.998
Com subscrição de novas ações		15.998		•				15.998
Resultado do exercício	25	•	•	•	•	1.029.924	•	1.029.924
Constituição de reservas		•	•	•	•	•	•	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		166.644	8.510	5.815	2.274	(3.734.183)	406.450	(3.144.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

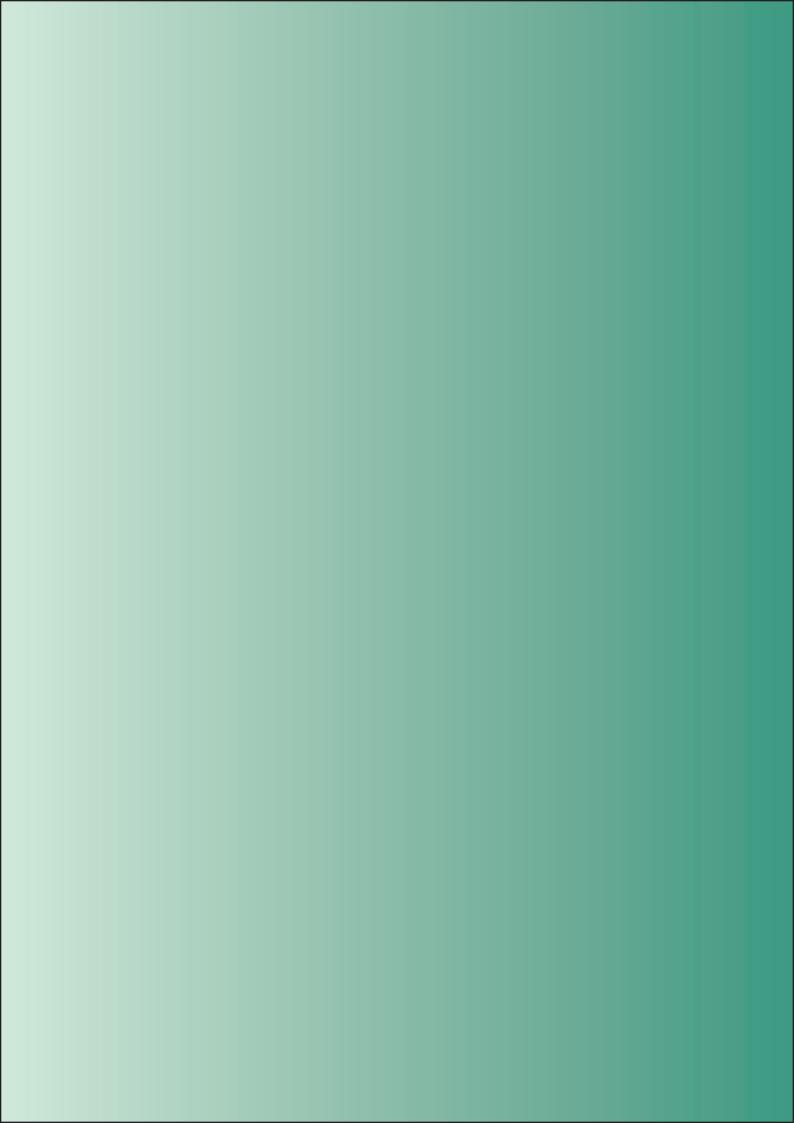
Em milhares R\$

						Em milhares R\$
TÍTULOS	Nota	2011	%	2010	%	2011/ 2010 (%)
1. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2.093.204		1.566.345		33,64
Ingressos		160.722.564	100,00	29.253.904	100,00	449,41
Receitas derivadas		9.820.011	6,11	8.565.111	29,28	14,65
Receitas tributárias		8.447.499	5,26	7.355.924	25,15	14,84
Receitas de contribuições		1.372.512	0,85	1.209.187	4,13	13,51
Receitas originárias		1.206.149	0,75	796.937	2,72	51,35
Receita patrimonial		142.709	0,09	18.150	0,06	686,28
Receita agropecuária		1.450	0,00	1.902	0,01	(23,78)
Receita industrial		9.873	0,01	11.668	0,04	(15,38)
Receita de serviços		177.140	0,11	169.957	0,58	4,23
Outras receitas originárias		471.712	0,29	342.621	1,17	37,68
Remuneração das disponibilidades		403.265	0,25	252.640	0,86	59,62
Transferências		17.084.326	10,63	14.507.226	49,59	17,76
Intergovernamentais		3.386.017	2,11	3.082.699	10,54	9,84
Intragovernamentais		13.025.029	8,10	10.853.964	37,10	20,00
Convênios		72.327	0,05	69.797	0,24	3,63
Outras transferências		600.953	0,37	500.766	1,71	20,01
Ingressos extraorçamentários	26	132.612.079	82,51	5.384.630	18,41	2.362,79
Desembolsos		(158.629.360)	100,00	(27.687.559)	100,00	472,93
Pessoal e outras despesas correntes		(11.623.419)	7,33	(10.077.346)	36,40	15,34
Juros e encargos da dívida		(998.237)	0,63	(814.251)	2,94	22,60
Transferências	27	(13.892.095)	8,76	(11.743.994)	42,42	18,29
Desembolsos extraorçamentários	26	(132.115.609)	83,29	(5.051.967)	18,25	2.515,13
2. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(655.925)		(792.290)		(17,21)
Ingressos		59.334	100,00	72.641	100,00	(18,32)
Alienação de bens		3.496	5,89	10.591	14,58	(66,99)
Amortização de empr. e fin. concedido		51.495	86,79	50.504	69,53	1,96
Transferências de capital	27	4.342	7,32	11.547	15,90	(62,39)
Desembolsos		(715.259)	100,00	(864.931)	100,00	(17,30)
Aquisição de ativo não circulante		(710.789)	99,38	(859.219)	99,34	(17,28)
Concessão de empréstimo e financiamento		(4.470)	0,62	(5.712)	0,66	(21,74)
3. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(387.499)		(347.501)		11,51
Ingressos		115.170	100,00	80.967	100,00	42,24
Operações de crédito		95.294	82,74	59.696	73,73	59,63
Outras receitas		3.877	3,37	-	-	-
Integralização de capital		15.998	13,89	21.271	26,27	(24,79)
Desembolsos		(502.668)	100,00	(428.468)	100,00	17,32
Amortização/refinanciamento da dívida		(502.668)	100,00	(428.468)	100,00	17,32
4. APURAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO (1+2+3)		1.049.781		426.554		146,11
5. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		1.049.781		426.554		146,11
Caixa e equivalente de caixa inicial	4	3.695.422		3.268.867		13,05
Caixa e equivalente de caixa final	4	4.745.202		3.695.422		28,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.









1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual nº 15.433/10. Diante das limitações existentes, buscou-se apresentar as demonstrações contábeis atendendo ao Volume V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 3ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 664, de 30 de novembro de 2010.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com **valores expressos em milhares de reais**, exceto quando indicado de maneira diferente, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis devem conter informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2. Resumo das principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor



original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou públicos-privados sobre cuja administração o Estado tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

f) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à

manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, de acordo com a previsão do Decreto n. 3.486/2010, seriam calculadas e registradas tão somente após a realização dos procedimentos de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, desta forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando tratar-se de bens com valor objetivamente mensurado a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio estatal. A solução adotada pelo Estado de Santa Catarina, nesse sentido, buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estadual.

h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 será iniciada após a realização dos procedimentos de reavaliação, este que deve detalhar em laudo a da vida útil definida para os ativos.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/01/2010 utilizam o método das cotas constantes e de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

i) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

j) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Fundação



Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos: os valores provenientes de Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos; Taxas que por legislação específica se vinculem a determinados órgãos ou entidades; Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; Cota-Parte do Salário Educação; Cota-Parte da CIDE; Cota-Parte Recursos Hídricos e das parcelas a serem entregues aos municípios por determinação Constitucional.

k) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais ao municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS/SC e as restituições aos contribuintes. Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

l) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação, e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intralimite).

m) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI e Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.



3. Disponível

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Conta única	2.263	1.972
Banco do Brasil	1.654.403	1.149.093
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.652.141)	(1.147.121)
Outras contas	16.319	21.349
Banco do Brasil - outras contas	863.283	766.719
Bradesco	309	-
Caixa Econômica Federal	2.216.516	1.770.681
(-) Aplicações financeiras outros bancos	(3.063.790)	(2.516.051)
Aplicações Financeiras	4.537.964	3.525.741
CDB/RDB	1.906.976	1.387.845
Poupança	34.068	32.585
Fundos	2.546.989	2.090.733
Outras aplicações	49.931	14.578
Aplicações Financeiras do RPPS	177.966	137.431
Investimentos em Segmentos de Renda Fixa	168.214	129.127
Investimentos com a Taxa de Adm. do RPPS	9.752	8.304
TOTAL	4.734.512	3.686.493

As rubrica credoras "(-) Aplicações financeiras da conta única" e "(-) Aplicações financeiras outros bancos" demonstram os recursos financeiros que estão aplicados. O somatório dessas duas rubrica perfaz o somatório do sub-grupo "Aplicações Financeiras" e do sub-grupo "Aplicações Financeiras do RPPS".

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras observam o artigo 128, § 6°, da Lei Complementar Estadual nº 381/07, o qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Os recursos recebidos por transferências (convênios) são aplicados conforme as legislações específicas dos concedentes.

A seguir apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão e do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina - RPPS/SC.

Em Milhares R\$

			2011		
TÍTULOS	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	TOTAL
Aplicações Financeiras	1.906.976	34.068	2.546.989	49.931	4.537.964
Executivo	1.662.021	32.406	257.463	7.841	1.959.730
Legislativo	-	-	33.057	-	33.057
Judiciário	244.955	725	2.180.304	-	2.425.984
Tribunal de Contas do Estado	-	937	243	42.090	43.270
Ministério Público	-	-	75.923	-	75.923
Aplicações Financeiras do RPPS	-	-	177.966	-	177.966
RPPS/SC	-	-	177.966	-	177.966
TOTAL	1.906.976	34.068	2.724.956	49.931	4.715.930

4. Créditos em Circulação e Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Em Milhares R\$

		2011			2010	
Τίτυιος	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Fornecimentos a Receber	44.499	-	44.499	44.706	-	44.706
Rede Bancária - Arrecadação	10.691	-	10.691	8.929	-	8.929
Créditos Tributários	5.680	-	5.680	2.707	-	2.707
Recursos Especiais a Receber:	1.654.403	-	1.654.403	1.150.696	-	1.150.696
Limite de Saque	1.654.403	-	1.654.403	1.149.093	-	1.149.093
Repasses a Receber	-	-	-	1.603	-	1.603
Empréstimos e Financiamentos:	13.358	291.767	305.125	11.958	278.537	290.495
Financiamentos Concedidos	29.661	169.851	199.512	28.205	176.243	204.448
(-) Provisão para Perdas	(16.303)	-	(16.303)	(16.247)	-	(16.247)
Empréstimos concedidos	-	121.916	121.916	-	102.295	102.295
Valores em Trânsito Realizáveis	28.425	-	28.425	28.425	-	28.425
Adiantamentos Concedidos	3.179	-	3.179	3.179	-	3.179
Devedores - Entidades e Agentes	115.959	1.994.430	2.110.389	158.948	2.087.150	2.246.098
Créditos Diversos a Receber	2.551	22.267	24.819	13.983	24.101	38.084
TOTAL	1.878.745	2.308.465	4.187.210	1.423.529	2.389.788	3.813.317

Fornecimentos a Receber

Em Milhares R\$

UNIDADE GESTORA	2011	2010
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	71	68
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	1.706	900
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	1.353	1.353
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	594	594
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	39.896	41.369
Administração do Porto de São Francisco do Sul	879	422
TOTAL	44.499	44.706

Rede Bancária – Arrecadação

Registra os valores arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. No roteiro da contabilização da receita orçamentária a disponibilidade é registrada neste estágio da receita. Dessa forma, na apuração do superávit financeiro e no saldo de caixa e equivalente de caixa da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC estes valores são somados às disponibilidades (nota 3).

Créditos Tributários

Registra os créditos tributários a compensar, tais como: IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, entre outros.

Em Milhares R\$

UNIDADE GESTORA	2011	2010
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	3.484	511
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	2.195	2.195
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	1	1
TOTAL	5.680	2.707

Limite de Saque

A rubrica "Limite de Saque" se refere aos montantes que as unidades gestoras possuem de recursos disponíveis na conta única (nota 3). Essa rubrica tem como contrapartida a rubrica de mesmo nome apresentada no grupo "Outras Obrigações em Circulação" no passivo circulante (nota 13).

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Em Milhares R\$

		2011			2010	
TÍTULOS / UNIDADE GESTORA	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Financiamentos concedidos:	13.358	169.851	183.209	11.958	176.243	188.201
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	29.661	24.100	53.761	28.205	28.483	56.688
(-) Provisão para perdas	(16.303)	-	(16.303)	(16.247)	-	(16.247)
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	22.951	22.951	-	22.951	22.951
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.458	7.458	-	7.249	7.249
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	34.006	34.006	-	36.224	36.224
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Empréstimos concedidos:	-	121.916	121.916	-	102.295	102.295
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	505	505	-	531	531
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	-	31.667	31.667	-	32.173	32.173
Encargos Gerais do Estado	-	89.743	89.743	-	69.591	69.591
TOTAL	13.358	291.767	305.125	11.958	278.537	290.495

O montante de R\$ 89.743 mil em 31/12/2011 na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado se refere a obrigações da CASAN conforme Termo de Convênio nº 001/2010, referente à Lei nº 15.255/2010, que trata das parcelas devidas pelo Estado ao BNDES decorrentes do Aditivo nº 02 ao Contrato de Financiamento nº 08.2.0523.1.

Valores em Trânsito Realizáveis

Referem-se aos direitos da Unidade Gestora Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina – FADESC relativos a repasses no montante de R\$ 6.035 mil à Conta Única nos exercícios financeiros de 2002 à 2004, bem como de repasses aos municípios no montante de R\$ 22.390 mil referente a parte do percentual de 25% sobre a receita do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, conforme processo PPGE 8942/072, nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Adiantamentos concedidos

Essa rubrica registra os valores lançados com base na movimentação dos registros da contabilidade comercial da Unidade Gestora Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI. Transitam nela os valores adiantados de salários e ordenados, férias e 13º salário.

Devedores – Entidades e Agentes

Em Milhares R\$

	2011				2010	
TÍTULOS / UNIDADE GESTORA	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Créditos Parcelados:	-	1.907.959	1.907.959	6	2.000.685	2.000.691
. Secretaria de Estado da Fazenda	-	495.982	495.982	6	786.308	786.314
. Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	1.411.977	1.411.977	-	1.214.377	1.214.377
Créditos Administrativos	105.462	-	105.462	148.732	-	148.732
Diversos Responsáveis Apurados	10.497	-	10.497	10.211	-	10.211
Incentivos Fiscais	-	85.189	85.189	-	85.189	85.189
Créditos a Recuperar		8	8		2	2
Créditos de Débitos Administrativos	-	1.274	1.274	-	1.274	1.274
TOTAL	115.959	1.994.430	2.110.389	158.948	2.087.150	2.246.098

A rubrica "Créditos Parcelados" registra os créditos tributários parcelados pela Secretaria de Estado da Fazenda e os valores decorrentes dos contratos relativos ao PRODEC no Fundo de Apoio

ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC.

Conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001/2008, a rubrica "Créditos Administrativos" registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno.

Créditos Diversos a Receber

Do valor total de R\$ 22.267 mil, registrado na rubrica Créditos Diversos a Receber do Ativo Não-Circulante, R\$ 19.018 mil refere-se a créditos parcelados a receber da Unidade Gestora Fundo Financeiro decorrentes de parcelamentos junto às Prefeituras Municipais.

5. Estoques

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Estoques para Alienação	2.300	2.656
Estoques de Produção	2.292	2.694
Estoques Internos - Almoxarifado	214.144	162.006
TOTAL	218.737	167.356

A rubrica "Estoques Internos – Almoxarifado" refere-se, basicamente, a materiais de consumo e está representada, substancialmente, por duas unidades gestoras conforme quadro a seguir:

Em Milhares R\$

UNIDADE GESTORA	2011	2010
Secretaria de Estado da Educação	79.633	48.127
Fundo Estadual de Saúde	101.936	85.075
Demais Unidades Gestoras	32.575	28.804
TOTAL	214.144	162.006

6. Depósitos (Ativos)

Em Milhares R\$

		2011			2010	
UNIDADE GESTORA	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	9.710	16.069	25.780	5.409	-	5.409
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	-	3.763	3.763	1.126	1.694	2.820
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.249	1.953	4.202	2.249	1.953	4.202
Diretoria do Tesouro Estadual	47.789	-	47.789	56.159	-	56.159
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	20.000	-	20.000	-	-	-
Demais Unidades Gestoras	311	99	410	340	99	439
TOTAL	80.060	21.884	101.944	65.283	3.746	69.029

Registram-se os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. Nesta rubrica registra-se, ainda, outros depósitos e cauções como no caso da Unidade Gestora Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público, cujo saldo refere-se à antecipação de pagamento na compra de prédio, conforme contrato n° 004/2001/FERMP.

7. Direitos sobre Concessões

Em Milhares R\$

		2011		2010		
UNIDADE GESTORA	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Diretoria do Tesouro Estadual	476	-	476	476	-	476
Departamento de Infra-estrutura	209.946	5.502	215.448	181.361	887	182.248
(-) Provisão para Perdas	(207.547)	(97)	(207.644)	(132.932)	(46.831)	(179.763)
Reclassficação da Provisão para Perdas realizada em 2011	-	-	-	(46.674)	46.674	-
TOTAL	2.875	5.404	8.280	2.231	730	2.961



Registram-se os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio.

A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516/05, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930/06.

A "Provisão para Perdas" está sendo reconhecida pelo Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e é composta pelos valores vencidos a mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial, ação judicial nº 023.09.028623-8.

A seguir é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2011, por devedor:

Em Milhares R\$

	C	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO		
DEVEDORES	DIREITOS	PROVISÕES PERDAS	ΤΟΤΔΙ	DIREITOS	PROVISÕES PERDAS	TOTAL
CASAN	915	(915)	-	74	(74)	-
CELESC	206.260	(206.260)	-	-	-	-
Claro S/A	76	-	76	152	-	152
Embratel	-	-	-	-	-	-
SC ENERGIA	201	(201)	-	-	-	-
SC GAS	1.775	-	1.775	4.259	-	4.259
Vivo S/A	361	-	361	722	-	722
Demais devedores	359	(171)	187	295	(23)	272
TOTAL	209.946	(207.547)	2.399	5.502	(97)	5.405



8. Dívida Ativa

Em Milhares R\$

		2011 2010			2011		2010	
TÍTULOS / UNIDADE GESTORA	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL		
ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA	145.191	6.527.382	6.672.572	84.233	5.989.030	6.073.263		
Dívida Ativa Tributária:	139.418	6.460.541	6.599.959	79.057	5.938.733	6.017.790		
Secretaria de Estado da Fazenda	139.418	6.460.541	6.599.959	79.057	5.938.733	6.017.790		
Dívida Ativa não Tributária:	5.772	66.841	72.613	5.176	50.297	55.472		
Secretaria de Estado da Fazenda	5.153	47.263	52.416	4.486	32.288	36.774		
Departamento Estadual de Infraestrutura	619	10.251	10.870	690	8.682	9.372		
Departamento de Transportes e Terminais	-	9.327	9.327	-	9.327	9.327		
(-) PROVISÃO PARA PERDAS:	(145.078)	(6.513.047)	(6.658.125)	(84.188)	(5.976.668)	(6.060.856)		
Secretaria de Estado da Fazenda	(144.461)	(6.502.826)	(6.647.288)	(83.501)	(5.968.023)	(6.051.524)		
Departamento Estadual de Infraestrutura	(617)	(10.220)	(10.837)	(687)	(8.645)	(9.332)		
TOTAL	112	14.335	14.447	45	12.362	12.407		

Cobrança da dívida ativa

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Estoque de Dívida Ativa	6.672.572	6.073.263
Cobrança no exercício	130.680	33.880

Quanto ao recebimento da Dívida Ativa, verifica-se que em 2011 houve um acréscimo de 286% em relação ao valor recebido em 2010 (33,91% em 2010 comparado com 2009). O montante representa 1,96% do estoque a receber (0,56% em 2010).

Esse acréscimo significativo deu-se pela criação do Programa Catarinense de Revigoramento Econômico – REVIGORAR III, destinado a promover a regularização de débitos tributários inadimplidos



relativos ao Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias - ICM, ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, conforme a Lei nº 15.510, de 26 de julho de 2011. Os recursos recolhidos com o REVIGORAR III são destinados às ações, aos programas e aos serviços públicos de saúde do Estado, deduzidos os percentuais das parcelas pertencentes aos municípios, nos termos do art. 133 da Constituição Estadual. No ano de 2011, o REVIGORAR III arrecadou R\$ 280 milhões, dos quais R\$ 70 milhões foram repassados aos municípios e R\$ 210 milhões foram destinados ao Fundo Estadual de Saúde – FES.

Provisão para perdas

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia de cálculo prevista na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos da 3ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, conforme a Portaria STN nº 664, de 30 de novembro de 2010, que é baseada no histórico de recebimentos passados.

Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

- 1. Média percentual de recebimentos passados;
- 2. Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios.

Essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais.

A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

9. Investimentos

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	2.674.167	2.534.786
Participação - Método do Custo	9.151	9.138
Outros Investimentos	2	2
TOTAL	2.683.320	2.543.926

Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial

Em sua maioria, as participações societárias, que são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, estão registradas na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado.

No Volume II desta Prestação de Contas do Exercício de 2011, item 3.4, encontra-se de forma detalhada por empresa, a participação acionária do Estado de Santa Catarina.

10. Imobilizado

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Bens Imóveis	2.605.705	1.832.387
Bens Móveis	1.659.946	1.414.362
Bens Móveis/PNAF	5.276	6.668
Bens Móveis/PMAE	2.525	2.529
Bens Móveis/PROFISCO	150	-
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão - Bens Imóveis	(28.606)	(25.774)
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão - Bens Móveis	(106.551)	(83.291)
TOTAL	4.138.445	3.146.880

A reavaliação dos ativos teve por data-base o mês de dezembro de 2011, adotandose para bens móveis, os parâmetros da IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011¹² e, para os imóveis, o valor venal fixado pela prefeitura do município em que está localizado o bem, de acordo com laudo individualizado, disponível na Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

¹² A Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n. 001/2011, de 12 de abril de 2011, estabeleceu bases e orientações para a reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis para os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.



A tabela a seguir apresenta o sumário das contas objeto de reavaliação e respectivos valores.

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Bens Móveis	1.659.946	1.414.362
Bens Imóveis	2.605.705	1.832.387
TOTAL	4.265.651	3.246.749

Foi realizada reavaliação parcial de bens móveis, de acordo com o estabelecido na IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011, anexo I, relativamente aos seguintes bens: veículos automotores; aeronaves; embarcações; equipamentos, máquinas e motores à combustível; e veículos acoplados e rebocáveis.

Quanto aos bens imóveis da Administração Direta do Poder Executivo, registrados na Unidade Gestora Fundo Patrimonial, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, em 2011, foram submetidos à reavaliação e redução ao valor recuperável 97% destes bens, com data-base de dezembro de 2011.

Em relação aos bens imóveis dos órgãos da administração indireta (autarquias e fundações), está em andamento elaboração de instrução normativa conjunta da SEA e da SEF, para disciplinar e orientar especificamente estas unidades quanto aos procedimentos a serem adotados.

Com relação às empresas estatais economicamente dependentes, cabe frisar que estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu ativo imobilizado.

As medidas visando implementar os procedimentos previstos no Decreto n. 3.486/2010 surtiram efeitos imediatos sobre o patrimônio de Santa Catarina, refletido na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores (nota 22).

Em Milhares R\$

LIII WIIII						
TÍTULOS	BENS IMÓVEIS	BENS MÓVEIS	TOTAL			
Saldo em 1/1/2010	1.573.503.556	1.186.501.903	2.760.005.459			
Adições	1.195.543.100	608.068.042	1.803.611.141			
Baixas	936.659.883	380.207.792	1.316.867.674			
Saldo em 31/12/2010	1.832.386.773	1.414.362.153	3.246.748.925			
Adições	1.022.975.967	540.986.042	1.563.962.009			
Baixas	249.657.409	295.402.499	545.059.909			
Saldo em 31/12/2011	2.605.705.331	1.659.945.695	4.265.651.026			
Variação %	65,60%	39,90%	54,55%			
Tempo de vida útil estimado em anos	25 (exceto terrenos)	5 a 10				

11. Intangível

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1	1
Softwares	16.959	16.900
Softwares em Desenvolvimento	32.416	8.305
Outros Bens Intangíveis	160	161
(-) Amortizações	(915)	(871)
TOTAL	48.622	24.496

Os bens intangíveis do Estado compreendem, especialmente – mas não exclusivamente –, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas desta unidade da Federação.

Esses ativos foram avaliados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos e não estão sujeitos à amortização, dado que não foi possível estimar sua vida útil, observando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na Nota Técnica DCOG n. 001/2011.



Segue detalhamento dos softwares registrados na Contabilidade do Estado:

Em Milhares R\$

TÍTULOS	Softwares em Desenvolvimento	Softwares
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF	10.061,00	-
Sistema de Administração Tributária - SAT	-	10.202,00
Sistema de Gestão Acadêmica - UDESC	189,00	-
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH	12.328,00	-
Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE	9.838,00	-
Outros Softwares	-	6.757,00
TOTAL	32.416,00	16.959,00

Em 2011 foram reconhecidos e passaram a possuir controle na Contabilidade do Governo do Estado os seguintes sistemas (softwares) em desenvolvimento: Sistema de Gestão Acadêmica da UDESC, Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SPGE, o que representou um acréscimo de R\$ 22,350 milhões no patrimônio do Estado.

12. Depósitos (Passivos)

Em Milhares R\$

		2011		2010		
TÍTULOS	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Consignações	2.906	-	2.906	14.356	-	14.356
Depósitos de Diversas Origens:	2.761.611	73.843	2.835.454	2.190.029	73.843	2.263.871
Depósitos e Cauções	8.732	-	8.732	7.770	-	7.770
Depósitos Judiciais	2.202.816	73.843	2.276.659	1.757.642	73.843	1.831.485
Depósitos Retidos sobre Fornecedores	74	-	74	74	-	74
Depósitos para Quem de Direito	549.989	-	549.989	424.543	-	424.543
TOTAL	2.764.518	73.843	2.838.360	2.204.384	73.843	2.278.227

Consignações

A redução ocorrida nas rubricas que compõem as "Consignações" se deve ao fato de que em 2010 os saldos dessas rubricas não foram pagos dentro do exercício financeiro e sim nas respectivas datas de vencimento que ocorreram no início de 2011.

13. Outras Obrigações em Circulação

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Restos a Pagar Processados	47.290	46.985
Pessoal a Pagar	4.902	5.259
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	382.414	262.523
Limite de Saque	1.654.403	1.149.093
Recursos da Previdência Social	-	1.603
Cessão de Créditos Parcelados	201.693	259.698
Defensoria Dativa	58.130	58.130
Dividendos	915	3.073
Débitos Diversos a Pagar	6.137	16.938
TOTAL	2.355.885	1.803.302

Limite de Saque

A rubrica "Limite de Saque" é a contrapartida da rubrica de mesmo nome comentada na Nota Explicativa nº 4.

Cessão de Créditos Parcelados

Refere-se à obrigação da Unidade Gestora Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina – FADESC pertinentes aos recebíveis a serem transferidos à SC Parcerias, conforme Decreto nº 3.978/06, alterado pelos Decretos nº 4655/06 e nº 2193/09, Medida Provisória nº 137/2007, Decreto nº 440/07 e Lei nº 15.500/11, que autorizaram a transferência de recebíveis do FADESC no montante de R\$ 480 milhões. O montante já transferido está registrado na rubrica "Adiantamento para Aumento de Capital" contida na rubrica "Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial" (nota 9).

Defensoria Dativa

Registra a dívida da Unidade Gestora Fundo Especial da Defensoria Dativa junto à Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina – OAB/SC, referente ao período de 2001 à 31 de agosto de 2009, conforme orientado pelo Oficio SEF/DCOG nº 128/2008, de 10 de setembro de 2008, e Relatório de Auditoria nº 0029/2009, que determinou o montante.

Débitos Diversos a Pagar

Em 2011 registra o valor a curto prazo do parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 11.941/2009. São devedoras 11 unidades gestoras, dentre as quais a mais representativa é o Fundo Estadual de Saúde, com o valor de R\$ 4,591 milhões, representando 75% do montante da dívida.

Em 2010 refere-se, substancialmente, aos valores devidos pelo Tesouro do Estado ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, referente à cobertura da insuficiência financeira da folha do 13º salário (R\$ 9,712 milhões) e aos demais Poderes e UDESC (R\$ 6,176 milhões), referente à parcela da Receita Líquida Disponível – RLD (nota 2, j), repassada em janeiro de 2011.

14. Provisões

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, licenças, contingências judiciais, indenizações, entre outras.

15. Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC nº 62/2009).



A tabela a seguir apresenta a situação dos precatórios do Estado de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2010 e de 2011:

Em Milhares R\$

	2011			2010		
PRECATÓRIOS	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Anteriores à 05/05/2000	6.562	85.310	91.872	6.745	87.684	94.429
A Partir 05/05/2000	34.819	452.647	487.466	35.653	463.493	499.146
TOTAL	41.382	537.957	579.339	42.398	551.177	593.575

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior à 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data, e não pagos durante a execução do orçamento que houverem sido incluídos, fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os da administração direta e indireta. Estão incluídos neste regime os precatórios que ora se encontravam pendentes de pagamento, e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, são depositados mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria do Tribunal de Justiça, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 15 (quinze) anos calculado sobre o saldo total dos precatórios devidos e posteriormente dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciários, são utilizados:

- I 50% (cinquenta por cento), para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;
- II 50% (cinquenta por cento), na forma que oportunamente vier a ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8º e seus incisos, do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- O Tesouro do Estado repassou em 2011 ao Tribunal de Justiça o montante de R\$ 42,398 milhões (R\$ 37,501 milhões em 2010) para o pagamento dos precatórios.



Na tabela a seguir apresenta-se o detalhamento dos precatórios, por entidade devedora, em 31 de dezembro de 2011:

Em Milhares R\$

ENTIDADE DEVEDORA	QUANT. PROCESSOS	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL
Estado de SC, PGE (TRT - 12ª Região e TRF - 4ª Região)	513	23.691	307.982	331.673
DEINFRA	137	4.693	61.009	65.702
IPESC/IPREV	773	12.707	165.187	177.894
FCEE	4	19	248	267
FATMA	4	92	1.198	1.290
DETER	1	152	1.970	2.122
APSFS	1	6	75	81
UDESC	6	22	288	310
TOTAL	1.439	41.382	537.957	579.339

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública -SEF

16. Receitas a Classificar

Representam valores constantes nas contas bancárias do Estado que estão em fase de identificação de suas origens para o devido reconhecimento contábil da receita.

17. Receitas Antecipadas

Em obediência ao princípio contábil da competência, foram registrados nesta rubrica os valores a curto e longo prazo referentes a antecipação da receita, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 03/2011, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil, com duração de 60 meses, conforme procedimento contábil estabelecido na Nota Técnica DCOG nº 007/2011 – Contabilização de Receitas Antecipadas. A apropriação da receita é feita mensalmente pela Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual. O valor total do contrato foi de R\$ 248 milhões.

18. Operações de Crédito Internas

Em Milhares R\$

			Lili Williams NA
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	NOTA	2011	2010
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF		13.781	14.467
Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637 de 23.12.97	18.1	13.781	14.467
BANCO DO BRASIL S/A		10.309.418	10.446.650
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93	18.2	4.632	6.126
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93	18.3	62.102	83.970
Contrato de 21/02/94 - GOVERNO - Lei n. 8.727 de 05/11/93	18.4	178.342	242.774
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97	18.5	9.986.281	10.030.333
Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei n. 10.542 de 30/09/97	18.6	33.801	32.787
Contrato de 22.10.09 - PFE-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08	18.7	44.260	50.659
REGULARIZAÇÃO CODESC - MÚTUO ESTADO/CODESC - SEF 001/2005		1.870	-
REGULARIZAÇÃO CELESC - ECP 03/88	18.9	9.034	-
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES		1.144.033	1.052.768
Cont. 27/09/2002 -080/PGFN/CAF Leis n.10.542/97; n.10.912/98	18.10	986.292	937.901
Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	18.11	6.944	6.921
Contrato de 22.10.10 - PEF II - Lei n. 14.500 de 13/08/08	18.12	61.054	38.356
Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Lei n. 15.255 de 08/08/10	18.13	89.743	69.591
TOTAL GERAL		11.478.136	11.513.885

18.1. Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637/97

Valor Nominal:	US\$ 17,000,000.00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.637 de 23/12/1997 e Resolução nº 5 de 23/01/1997
Credor:	Caixa Econômica Federal
Таха:	Taxa estabelecida pelo BID, segundo sua política, calculada sobre o saldo devedor
Correção Monetária:	Variação Cambial
Prazo:	19 anos, sendo os primeiros 76 meses de carência
Pagamentos:	26 prestações semestrais consecutivas e de igual valor, vencendo-se a primeira em 01/09/2004
Vencimento:	01/03/2017
Garantia:	I.C.M.S.
Objetivo:	Implementação do programa de modernização e reestruturação fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.2. Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei nº 8.727/93

Valor Nominal:	R\$ 36.860.034,75
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 9.940/95 (Lei Federal nº 8.727/93)
Credor:	Banco do Brasil S/A (IPESC)
Таха:	7,027% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente
Correção Monetária:	TR
Prazo:	219 meses, sendo os primeiros 18 de carência
Pagamentos:	201 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo a primeira em 01/06/1997
Vencimento:	01/02/2014
Garantia:	ICMS/FPE
Objetivo:	Saneamento financeiro através de transferência de dívida refinanciada em contrapartida a transferência de ações.
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

18.3. Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei nº 8.727/93

Valor Nominal:	R\$ 142.879.995,28
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 e 10.912 de 30/09/1997 e 15.09.1998 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)
Credor:	Banco do Brasil S/A - União (8727) - COHAB
Taxa:	2,77877% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente
Correção Monetária	TR
Prazo:	184 meses
Pagamentos:	184 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price
Vencimento:	1/2/2014
Garantia:	F.P.E.
Objetivo:	Alienação de ativos referente a carteira de crédito imobiliário (crédito hipotecário e crédito junto ao fundo de compensação de variações salariais) da COHAB/SC para o Estado
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.4. Contrato de 21/02/94 - GOVERNO - Lei nº 8.727/93

Valor Nominal:	R\$ 42.513.522,46
Autorização Legal:	Lei Federal nº 8.727 de 05/11/1993, Lei Estadual nº 9.339 de 14/12/1993 e Resolução do Senado nº 36/92
Credor:	União
Taxa:	6,8447% ao ano sobre o saldo devedor com capitalização mensal
Correção Monetária:	IGPM-BACEN E STN /TR-CEF /TJLP-BNDES (Contratos originais)
Prazo:	240 meses
Pagamentos:	240 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo a primeira em 01/03/1994
Vencimento:	1/2/2014
Garantia:	ICMS/FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Confissão e composição de dívidas entre a União e o Estado
Governo:	Vilson Pedro Kleinubing

18.5. Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei nº 9.496/97

Valor Nominal:	R\$ 1.404.602.701,19 (valor iniacial contratado)
Autorização Legal:	Lei Federal nº 9.496 de 11/09/1997 e Lei Estadual nº 10.542 de 30.09.97
Credor:	União
Таха:	6% ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido, com capitalização mensal
Correção monetária:	IGP-DI
Prazo:	360 meses
Pagamentos:	360 prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price
Vencimento:	31/3/2028
Garantia:	ICMS/FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.6. Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei nº 10.542/97

Valor Nominal:	US\$ 39.094.265,17
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 de 30/09/1997
Credor:	Banco do Brasil - DMLP
Таха:	Taxas variáveis conforme o tipo de "Bonus" estabelecido no contrato
Correção Monetária:	Variação Cambial
Prazo:	330 meses
Pagamentos:	33 prestações semestrais e uma única no final do contrato em 11.04.2024
Vencimento:	11/4/2024
Garantia:	ICMS/FPE
Objetivo:	Obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

18.7. Contrato de 22.10.09 - PEF - Lei nº 14.500/08

Valor Nominal:	R\$ 51.192.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	Banco do Brasil S/A
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	108 meses, sendo os primeiros 12 meses de carência
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo a primeira em 15/12/2010
Vencimento:	15/11/2018
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF I/BNDES
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.8. Regularização CODESC – Mútuo Estado/CODESC – SEF

Valor Nominal:	R\$ 4.841.930,18
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.559 de 01/09/2011
Credor:	CODESC
Таха:	SELIC
Correção Monetária:	SELIC
Prazo:	4 meses
Pagamentos:	4 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31/11/2011
Vencimento:	29/2/2012
Objetivo:	Regularização das operações de crédito - contratos de mútuos 018/97, 020/98, e 028/98 firmados com a CODESC e repactuados por meio do contrato de mútuo Estado /CODESC - SEF 001/2005
Governo:	João Raimundo Colombo

18.9. Regularização CELESC – ECP 03/88

Valor Nominal:	R\$ 9.033.746,64
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.559 de 01/09/2011
Credor:	CELESC
Таха:	10%a.a.
Prazo:	6 meses
Pagamentos:	1 única prestação a ser paga em 04/2012
Vencimento:	30/4/2012
Objetivo:	Regularização do Protocolo de Intenções ECP 03/88 com a CELESC
Governo:	João Raimundo Colombo

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.10. Cont. 27/09/2002 - 080/PGFN/CAF - Leis nº 10.542/97; nº 10.912/98

Valor Nominal:	R\$ 696.524.977,55 (SD 15.06.02)
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 9.339 de 14/12/1993 e Lei Federal nº 8.727 de 05/11/1993 e Leis Estaduais nº 10.542/97 e nº 10.912/98.
Credor:	BNDES
Таха:	6,828% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	INPC
Prazo:	243 meses, sendo os primeiros 2 meses de carência
Pagamentos:	241 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Price, vencendo a primeira em 15/01/2003 e a última em 15/01/2023
Vencimento:	15/1/2023
Garantia:	FPE/IPI/ICMS
Objetivo:	Cessão de Crédito referente ao Contrato Estado/CELESC SPF 040/94, resultante da utilização pelo Estado dos créditos da CELESC junto a União Federal na renegociação de dívida das Lei nº 8.727/93
Governo:	Esperidião Amin

18.11. Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei nº 14.500/08

Valor Nominal:	R\$ 15.000.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	BNDES
Taxa:	2,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência
Pagamentos:	60 prestações mensais calculadas pelo Sistema de Amortizações constantes, vencendo a primeira em 15/10/2012
Vencimento:	15/9/2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa de Modernização da administração das Receitas e da Administração Estaduais PMAE
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

18.12. Contrato de 22.10.10 – PEF II - Lei n° 14.500/08

Valor Nominal:	R\$ 76.788.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	BNDES
Таха:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	128 meses, sendo os primeiros 32 meses de carência
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo a primeira em 15/08/2012
Vencimento:	15/7/2020
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF II
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

18.13. Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Lei nº 15.255/10

Valor Nominal:	R\$ 150.475.807,20		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008		
Credor:	BNDES		
Таха:	3,54% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		
Correção Monetária:	TJLP		
Prazo:	155 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência		
Pagamentos:	138 prestações mensais calculadas pela Tabela Sac, vencendo a 1ª em 15/02/2012		
Vencimento:	15/7/2023		
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		
Objetivo:	Ampliação e a otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna		

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

19. Operações de Crédito Externas

Em Milhares R\$

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)		2011	2010
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID		278.510	231.744
BID 770-0/SF/BR - CR 521/007 - Contrato assinado em 26/06/86 - Lei n. 6.297 de 06/12/83	19.2.1	67	1.682
BID 719-0/0C/BR-CR 521/0016 - Contrato assinado em 18/12/92 - Lei n. 8.538 de 19/01/92	19.2.2	18.325	33.628
BID 1390/0C/BR-ROF: TA154202 - Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 de 10/07/02	19.2.3	188.169	185.900
BID 2171/0C/BR - Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06/11/08	19.2.4	69.135	8.035
BID 2172/0C/BR - Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28/10/08	19.2.5	2.814	2.499
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF		21.107	10.418
Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28/10/08	19.2.6	21.107	10.418
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD		65.618	68.375
BIRD 4660 BR - ROF: 167191 - Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 de 09/12/01	19.2.7	65.196	68.375
BIRD 7952-BR-RURAL - Contrato assinado em 30.09.2010- Lei nº 14.962 de 03/12/09	19.2.8	422	-
TOTAL		365.235	310.536



19.1. BID 770-0/SF/BR - CR 521/007 - Contrato de 26/06/86 - Lei nº 6.297/83

Valor Nominal:	US\$ 18.500.000,00	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 6.297 de 06/12/1983 e Resolução do Senado Federal nº 03 de 02/04/1986	
Таха:	6,35% a.a. calculados sobre o saldo devedor do principal financiado, contados a partir de cada desembolso	
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência	
Pagamentos:	42 prestações semestrais, consecutivas e tanto possível iguais, vencendo a primeira em 26/12/1990 e a última em 26/06/2011	
Vencimento:	06/07/2011	
Garantia:	FPE/IPI	
Objetivo:	Financiamento do II programa de rodovias alimentadoras do Estado de Santa Catarina	
Governo:	Esperidião Amin Helou Filho	

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

19.2. BID 719-0/0C/BR-CR 521/0016 - Contrato de 18/12/92 - Lei nº 8.538/92

Valor Nominal:	US\$ 102.500.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 8.538 de 19/01/1992 e Resolução do Senado Federal nº 81 de 14/12/1992
Таха:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada sobre o saldo devedor, contada a partir da data de desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 101 meses de carência
Pagamentos:	24 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo a primeira em 18/06/2001 e a última em 18/12/2012
Vencimento:	18/12/2012
Garantia:	FPE/IPI
Objetivo:	Financiamento parcial da execução de um programa de corredores rodoviários do Estado de Santa Catarina
Governo:	Vilson Pedro Kleinubing

19.3. BID 1390/0C/BR-ROF: TA154202 - Contrato de 09/05/2002 - Lei nº 11.830/02

Valor Nominal:	US\$ 150.000.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 11.830 de 10 de julho de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 13/2002
Таха:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 65 meses de carência
Pagamentos:	30 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo a primeira em 09/11/2007 e a última em 09/05/2022
Vencimento:	09/05/2022
Garantia:	FPE/IPI
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID IV
Governo:	Esperidião Amin

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

19.4. BID 2171/OC/BR – Contrato de 09/04/2010 – Lei nº 14.532/08

Valor Nominal:	USD 50.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de novembro de 2008 e Resolução do Senado Federal nº 43/2009		
Таха:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada sobre o saldo devedor, contada a partir da data de desembolso		
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 36 meses de carência		
Pagamentos:	44 prestações semestrais e iguais, vencendo a primeira em 09/10/2013 e a última em 09/04/2035		
Vencimento:	09/04/2035		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID V		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan		

19.5. BID 2172/OC/BR - Contrato de 01/09/2010 - Lei nº 14.529/08

Valor Nominal:	US\$ 30.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.529 de 28 de outubro de 2008		
Таха:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso		
Prazo:	24 anos e seis meses, sendo os primeiros 53 meses de carência		
Pagamentos:	40 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo a primeira em 01/03/2015 e a última em 01/09/2034		
Vencimento:	01/09/2034		
Garantia:	PFPE/IPI		
Objetivo:	Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira da Administração Estadual - PROFISCO		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan		

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

19.6. CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF – Contrato de 01/09/2010 – Lei nº 14.529/08

Valor Nominal:	US\$ 32.558.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 13.919 de 27 de dezembro de 2006		
Таха:	Libor semestral + 2,35%aa		
Prazo:	15 anos e seis meses, sendo os primeiros 52 meses de carência		
Pagamentos:	22 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo a primeira em 28/02/2015 e a última em 31/08/2025		
Vencimento:	31/08/2025		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de Integração (PIR) - Fase I é Integrar a Região Nordeste de SC com o Litoral, Viabilizando Investimentos Portuários e Promovendo o Desenvolvimento Turistico		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan		

19.7. BIRD 4660 BR - ROF: 167191 - Contrato de 10/05/2002 - Lei nº 12.007/01

Valor Nominal:	US\$ 62.800.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 12.007 de 09 de novembro de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 14/2002
Таха:	0,5% a.a., acima do custo "QUALIFIED BORROWINGS" cotados no semestre precedente, aplicados s/ saldo devedor financiado, contados a partir da data de cada desembolso
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 64 meses de carência
Pagamentos:	20 prestações semestrais, consecutivas e de igual valor, vencendo a primeira em 15/10/2007e a última em 15/04/2017
Vencimento:	15/04/2017
Garantia:	FPE/IPI
Objetivo:	Projeto de recuperação ambiental, apoio ao pequeno produtor e combate a pobreza.
Governo:	Esperidião Amin

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

19.8. BIRD 7952 BR - RURAL- Contrato de 03/12/2009 - Lei nº 14.962

Valor Nominal:	US\$ 90.000.000,00	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	
Taxa:	Libor + Spread variável	
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 120 meses de carência	
Pagamentos:	30 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 15/09/2020 e a última em 15/03/2035	
Vencimento:	15/03/2035	
Garantia:	FPE/IPI	
Objetivo:	Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III - Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.	
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	

20. Outras Obrigações Exigíveis a Longo Prazo

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2011	2010
Obrigações Tributárias Federais Renegociadas	112.843	129.948
Outras Obrigações Legais e Tributárias	17.760	18.008
Fornecedores de Exercícios Anteriores	59	6.689
Pessoal a Pagar Exercícios Anteriores	-	127.298
Débitos Parcelados Junto à Previdência	455.192	523.305
Entidades Credoras	62.725	95.932
Outras Obrigações a Pagar	15.964	41.098
TOTAL	664.542	942.278

Obrigações Tributárias Federais Renegociadas

Registram-se, substancialmente, os valores oriundos de parcelamento relativo a dívidas referentes ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP das Unidades Gestoras: Encargos Gerais (R\$ 107 milhões em 2011 e R\$ 124 milhões em 2010) e IPREV (R\$ 5 milhões em 2011 e 2010).

Outras Obrigações Legais e Tributárias

Registram-se, substancialmente, os valores oriundos de débitos trabalhistas e previdenciários da Unidade Gestora Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI (R\$ 17,5 milhões em 2011 e 2010).

Débitos Parcelados Junto à Previdência

Registram-se valores oriundos de diversos parcelamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Dos valores parcelados, R\$ 125 milhões (R\$ 508 milhões em 2010) ainda encontram-se em litígio. Na tabela a seguir apresentam-se os débitos parcelados por Unidade Gestora:

Em Milhares R\$

UNIDADES GESTORAS	2010
Secretaria de Estado da Educação	295.992
Fundo Estadual de Saúde	78.466
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	48.176
Secretaria de Estado da Administração	17.941
Demais Unidades Gestoras	14.617
TOTAL	455.192

Entidades Credoras

Registram-se valores decorrentes de parcelamentos junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, obrigações com outras entidades estaduais e federais, além de outras dívidas junto ao RPPS.

Outras Obrigações a Pagar

Registram-se obrigações da Unidade Gestora Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI decorrentes de indenizações do Programa de Demissão Voluntária e da repactuação da dívida junto à entidade fechada de previdência complementar, CERES, bem como obrigações da UG Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC decorrentes dos contratos de parcerias realizados em 2005 e 2006 para a modernização e ampliação na interligação do corredor de exportação para escoamento de grãos no armazém da CIDASC e no Terminal Graneleiro do Porto de São Francisco do Sul com as empresas. Esse contrato está sendo amortizado com a prestação de serviços de movimentação de cargas, que consiste na recepção, armazenagem e expedição de produtos, no transcorrer de nove anos.

21. Provisões Matemáticas Previdenciárias

Em Milhares R\$

		2011		2010			
ΤίτυLOS	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO- CIRCULANTE	TOTAL	
Provisões para Benefícios Concedidos:	62.268	749	63.017	-	-	-	
Aposentadoria/Pensões/ Outros Benefícios	52.151.808	749	52.152.557	21.381.449	-	21.381.449	
Contribuições dos Inativos	(1.134.603)	-	(1.134.603)	(493.728)	-	(493.728)	
Contribuições dos Pensionistas	(452.224)	-	(452.224)	(202.510)	-	(202.510)	
Cobertura de Insuficiência Financeira	(50.502.713)	-	(50.502.713)	(20.685.211)	-	(20.685.211)	
Provisões para Benefícios a Conceder:	-	108.200	108.200	-	-	-	
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	104.677.620	5.792.828	110.470.449	19.903.961	4.261.565	24.165.526	
Contribuições do Ente	(8.879.332)	(2.963.118)	(11.842.450)	(3.701.729)	(2.233.944)	(5.935.673)	
Contribuições dos Ativos	(7.753.084)	(3.419.943)	(11.173.027)	(2.511.070)	(2.553.806)	(5.064.876)	
Compensação Previdenciária	(690.495)	(10.218)	(700.713)	(449.526)	(1.280)	(450.806)	
Cobertura de Insuficiência Financeira	(87.354.710)	-	(87.354.710)	(13.241.637)	-	(13.241.637)	
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano	-	708.651	708.651	-	527.466	527.466	
TOTAL	62.268	108.949	171.217	-	-	-	

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2011 foi realizada pela empresa Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação aos critérios, hipóteses e premissas adotadas nessa avaliação atuarial, destacouse os seguintes pontos:

- Não foi considerada, para efeito de cálculo, a compensação previdenciária recebida pelo RPPS referente aos atuais beneficiários;
- A taxa de juros atuarial aplicada nos cálculos, de 6% ao ano, atende ao limite máximo imposto pela Portaria nº 403, do MPS, de 10 de dezembro de 2009;
- A taxa de crescimento salarial apurada pelo estudo estatístico em relação à idade dos servidores apontou um crescimento real médio de 2,91795% ao ano;
- A não aplicação de rotatividade para o grupo de servidores ativos vinculados ao RPPS
 justifica-se pela não adoção do critério de compensação previdenciária do mesmo em
 favor do RGPS (INSS), fato este que serviria para anular os efeitos da aplicação dessa
 hipótese;
- Para cálculo das receitas e despesas futuras, não foram considerados efeitos de inflação;



- Para efeito de recomposição salarial e de benefícios, utilizou-se a hipótese de reposição integral dos futuros índices de inflação, o que representa o permanente poder aquisitivo das remunerações do servidor (fator de capacidade = 1);
- Foi utilizada hipótese de reposição integral da massa de servidores ativos (1:1).

Na avaliação atuarial de 2011 a cobertura da insuficiência financeira é de R\$ 137,857 milhões, R\$ 103,930 milhões a mais do que o saldo de 2010. Esta grande diferença é decorrente da mudança da hipótese de taxa de juros e desconto atuarial de 6% para 0% ao ano, em atendimento à orientação do Ministério da Previdência Social para preenchimento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial.

Em 2011 o saldo das disponibilidades financeiras ao final de cada mês foi considerado na apuração do cálculo do déficit/superávit previdenciário. Dessa forma, o saldo da rubrica Provisões Matemáticas Previdenciárias, corresponde ao saldo da disponibilidade financeira dos respectivos fundos do RPPS/SC em 31/12/2011.

22. Ajustes de Exercícios Anteriores

A variação do saldo da conta de ajustes de exercícios anteriores de R\$ 60 milhões (2010) para 406 milhões (2011) refere-se, em parte, a reavaliação e redução ao valor recuperável de bens no montante de R\$ 469 milhões, de acordo com os procedimentos previstos no Decreto n. 3.486/2010, conforme descrito na nota explicativa nº 10. Esse valor decorre da composição a seguir apresentada:

			Em Milhares R\$
	Reavaliação (1)	Redução ao Valor Recuperável (2)	Total
Exercício de 2011	470.599	1.621	468.978

De acordo com as normas internacionais, o aumento do valor contábil de uma classe do ativo em virtude de reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação. Entretanto, se o aumento decorrer de reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado, deve-se reconhecê-lo no resultado e não levado à reserva de reavaliação.

A Diretoria de Contabilidade Geral optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, vinculada ao Ministério da Fazenda – MF, promovendo o lançamento da reavaliação à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações, amortizações ou exaustões sobre a reavaliação e baixas posteriores foi nulo,



especialmente considerando que a reavaliação de ativos teve por data-base o mês de dezembro de 2011, no caso de bens imóveis. Dessa forma, a depreciação das benfeitorias reavaliadas terá lugar, tão-somente, a partir do mês seguinte ao da reavaliação, como estabelecido no Decreto n. 3.486/2010, em seu art. 11.

Destaca-se, ainda, o ajuste devedor no valor de R\$ 123 milhões, referente à devolução de valores, conforme rescisão do Contrato nº 015/2007, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil. Ressalta-se que, como houve mudança de critério contábil no registro da receita antecipada, tal procedimento de ajuste se fez necessário em decorrência do reconhecimento, em 2007, ano do ingresso dos valores, somente da receita orçamentária pelo regime de caixa, sem o devido reconhecimento de receitas antecipadas, e consequentemente, sem a apropriação contábil mensal da receita, sob a ótica patrimonial, pelo regime de competência, durante a vigência do contrato.

23. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes (Ativo e Passivo Compensado)

Em Milhares RS

		ZIII IVIIII CO NÇ
TÍTULOS	2011	2010
Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei 10.168	2.930.885	2.625.750
Sentenças Judiciais Passivas em Trâmite	4.550.013	3.871.420
Dívida com a CELESC	32.903	32.903
TOTAL	7.513.801	6.530.073

No volume II desta Prestação de Contas Anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e passivos contingentes.



24. Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB e das restituições aos contribuintes.

Em milhares R\$

TÍTULOS	2011		2010	Н%	
1110103	VALORES	V%	VALORES	V%	11/0
Repasses aos munícipios	3.706.709	61,45%	3.225.022	63,40%	14,94%
Repasse ao FUNDEB	2.104.274	34,88%	1.814.318	35,67%	15,98%
Restituições de receitas	221.499	3,67%	47.226	0,93%	369,02%
TOTAL	6.032.482	100,00%	5.086.566	100,00%	18,60%

Observa-se que os repasses realizados pelo Estado aos municípios representam 61,45% do total das deduções em 2011 (63,40% em 2010). Na tabela a seguir são discriminadas das receitas repassadas aos municípios catarinenses.

Em milhares R\$

TÍTULOS	2011		2010	Н%	
1110103	VALORES	V%	VALORES	V%	П/0
ICMS	2.943.384	79,41%	2.560.818	79,40%	14,94%
IPVA	518.220	13,98%	439.212	13,62%	17,99%
IPI	63.075	1,70%	59.078	1,83%	6,77%
CIDE	19.370	0,52%	16.308	0,51%	18,78%
FUNDO SOCIAL	92.351	2,49%	81.931	2,54%	12,72%
SEITEC	70.309	1,90%	67.675	2,10%	3,89%
TOTAL	3.706.709	100,00%	3.225.022	100,00%	14,94%

O aumento de 369,02% das restituições das receitas em 2011 refere-se, substancialmente, à devolução de R\$ 123 milhões ao Banco do Brasil decorrente da rescisão do Contrato nº 015/2007.

25. Resultados Acumulados e Superávit Patrimonial (DVP)

A variação negativa de 96% no Superávit Patrimonial do exercício de 2011 em relação ao exercício de 2010, deve-se ao registro, em 2010, dos valores futuros da cobertura das insuficiências financeiras do Fundo Financeiro, no montante de R\$ 34 bilhões.

26. Ingressos e Desembolsos Extraorçamentários (DFC)

No exercício financeiro de 2011, na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC foram considerados os valores relativos à contabilização da rubrica Limite de Saque no ativo e no passivo (nota 04) e da rubrica de interferências passivas - correspondente de débito e interferências ativas - correspondente de crédito. Tais valores são compensatórios, ou seja, não influenciam na variação das disponibilidades. Tal procedimento visa uniformização com as políticas de elaboração já adotadas nas demais Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64.

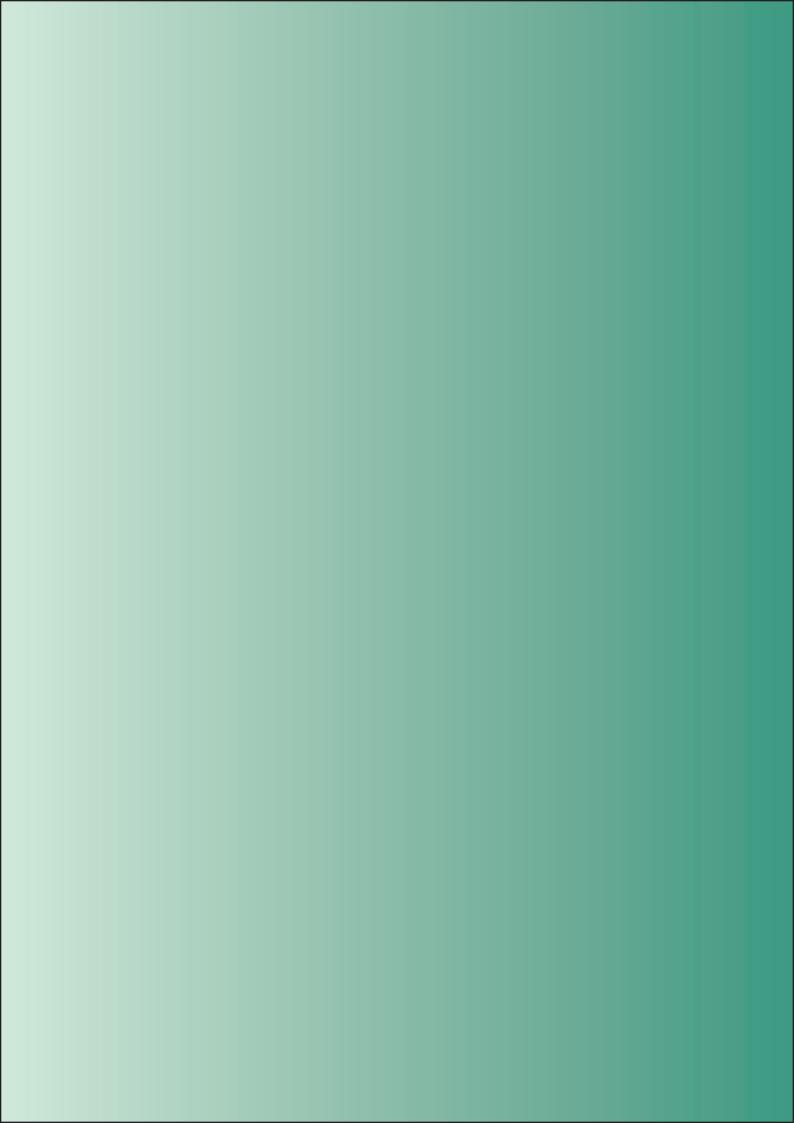
Esta mudança de metodologia na elaboração da DFC resultou em um acréscimo de R\$ 111 bilhões nos ingressos e desembolsos extraorçamentários do fluxo das operações, em relação ao exercício de 2010.

27. Transferências de Capital (DFC)

Os desembolsos realizados como transferências de capital foram considerados desembolsos do fluxo das operações, por não ser possível a identificação da propriedade do patrimônio construído/ adquirido. Diferente é o tratamento dado as transferências feitas por meio de delegação de recursos para aplicação em bens de capital, classificadas nas modalidades de aplicação 22 - execução orçamentária delegada à União, 32 - execução orçamentária delegada a Estados e Distrito Federal, 42 - execução orçamentária delegada a municípios e 72 - execução orçamentária delegada a consórcios públicos, que são classificadas como desembolso no fluxo das atividades de investimento, pois neste caso consegue-se verificar que se transferiu apenas a responsabilidade pela construção/aquisição de patrimônio que será incorporado pelo Estado. Os valores recebidos de transferências de capital são evidenciados como ingressos de recursos no fluxo das atividades de investimentos.









Para uma melhor análise das demonstrações contábeis são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão dos Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante - Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.



Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente no mesmo; e c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.



Indicadores do Balanço Patrimonial 1.

Situação financeira

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Situação Financeira	Ativo Financeiro Passivo Financeiro	1,29	12%	1,45	2%	1,48	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Equilíbrio da Situação Financeira > 1 Existência de Superávit Financeiro < 1 Existência de Déficit Financeiro
Observação: No ativo financeiro foram consideradas as rubricas disponibilidade, rede bancária - arrecadação e investimentos do RPPS (somente 2009 e 2010). No passivo financeiro foi excluído o saldo da rubrica limite de saque, pois não se configura dívida (nota 4).							<u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	1,12	14%	1,28	2%	1,3	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. = 1 indica equílibrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo > 1 indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo < 1 indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo
Observação: No Passivo	foi desconsiderada a rul	orica Rec	eitas An	tecipada	s (nota 2	27).	Conclusão: quanto maior, melhor.
Liquidez Seca	<u>Disponível</u> Passivo Circulante	0,88	38%	1,21	7%	1,29	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face ao seu passivo circulante. = 1 indica equílibrio de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo > 1 indica sobra de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo < 1 indica falta de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo
Observação: No Disponí arrecadação (nota 4) e i circulante foram excluíd antecipadas (nota 27), p	nvestimentos do RPPS (s los os saldos das rubricas	Conclusão: quanto maior, melhor.					

Endividamento

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Composição do Endividamento	Passivo Circulante Passivo Circulante + Passivo Não- circulante	0,08	125%	0,18	17%	0,21	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro < 1 indica quanto da dívida realizarser-se-á no próximo exercício financeiro
Observação: Foram excl antecipadas (nota 27), p			e de saq	ue (nota	ı 4) e rec	eitas	Conclusão: quanto menor, melhor.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Empréstimos e Financiamentos de Curto e <u>Longo Prazo</u> Ativo Total	0,91	5%	0,96	-15%	0,82	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras = 1 indica que a totalidade dos ativos do Estado estão comprometidos com dívidas onerosas > 1 indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado < 1 indica que parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas
Observação: No ativo foi retirado o saldo da rubrica limite de saque (nota 4), pois equivale ao saldo da conta única.							Conclusão: quanto menor, melhor.
Dívida Onerosa Líquida	<u>Disponível</u> Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	0,28	11%	0,31	28%	0,40	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face a sua dívida onerosa. = 1 indica equílibrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa > 1 indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa < 1 indica falta de disponibilidades para honrar a dívida honerosa
Observação: No disponío arrecadação (nota 4) e ir		Conclusão: quanto maior, melhor.					



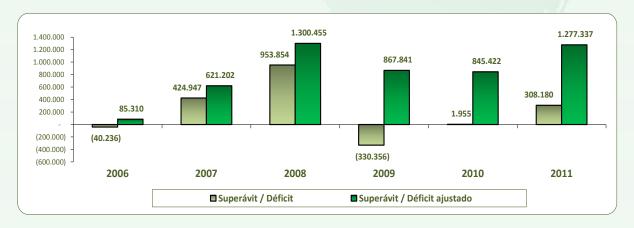
Análise da Execução Orçamentária 2.

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Execução da Receita	Receita Executada Receita Prevista	1,08	-9%	0,98	4%	1,02	Indicador permite avaliar a precisão do orçamento. = 1 Receita executada é igual à prevista > 1 A diferença representa excesso de arrecadação < 1 Arrecadação menor do que o previsto Conclusão: quanto maior de 1, melhor.
Equilíbrio Orçamentário	<u>Despesa Fixada</u> Receita Prevista	1,00	0%	1,00	0%	1,00	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA. = 1 Há equilíbrio orçamentário > 1 A diferença representa o montante de créditos adicionais abertos. < 1 A lei de orçamento pode ter sido aprovada com superávit e não com equilíbrio. Conclusão: ideal é igual a 1.
Execução da Despesa	<u>Despesa Executada</u> Dotação Atualizada	0,85	0%	0,85	-1%	0,84	Avalia a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa. = 1 Equilíbrio na execução da despesa. > 1 Utilização da dotação sem autorização legal. < 1 Economia orçamentária Conclusão: quanto menor de 1, melhor.
Resultado Orçamentário	Receita Executada Despesa Executada	0,97	3%	1,00	2%	1,02	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário. = 1 Equilíbrio do resultado orçamentário > 1 Superávit orçamentário na execução < 1 Déficit orçamentário na execução
Observação: For	am desconsideradas as	receitas	e despe	sas intra	orçamen	tárias	N 1 Deficit of gamentario na execução
Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente Despesa Corrente	1,12	1%	1,13	0%	1,13	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária corrente > 1 Existência de Superávit orçamentário corrente < 1 Existência de Déficit orçamentário corrente, indicando que haverá necessidade de se utilizar receita de capital para supri-la dos recursos necessários.
Observação: Foram desconsideradas as receitas e despesas intraorçamentárias							Conclusão: quanto maior, melhor.
Execução Orçamentária de Capital	Receita de Capital Despesa de Capital	0,07	17%	0,08	22%	0,10	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária de capital > 1 Existência de Superávit orçamentário de capital, demonstrando ter havido alienação de bens e valores e, portanto, diminuição do patrimônio, ou operação de crédito. < 1 Existência de Déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital.
Observação: For	am desconsideradas as	receitas	e despe	ss intraoi	çament	árias	Conclusão: ideal é igual ou menor que 1.

A seguir apresenta-se quadro com a evolução da receita arrecada em comparação com a despesa empenhada, bem como as despesas que são financiadas com recursos do exercício anterior ao de sua competência.

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita arrecadada (I)	7.845.363	9.300.956	11.538.547	11.506.272	13.168.919	15.259.960
Despesa empenhada (II)	7.885.599	8.876.009	10.584.693	11.836.628	13.166.964	14.951.780
Superávit / Déficit (III = I -II)	(40.236)	424.947	953.854	(330.356)	1.955	308.180
Despesas financiadas com recursos do exercício anterior (IV)	125.546	196.255	346.601	1.198.197	843.467	969.157
Superávit / Déficit ** (V = III + IV)	85.310	621.202	1.300.455	867.841	845.422	1.277.337

^{**} Recursos arrecadados no ano versus despesas realizadas com recursos do ano





Análise do Balanço Financeiro 3.

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária Despesa Orçamentária Paga	1,00	2%	1,02	3%	1,05	Indica se no período ocorreu superávit ou défict na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também para a despesa. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também para despesa. > 1 Existência de Superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa. < 1 Existência de Déficit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa. < 1 Existência de Déficit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa. Conclusão: quanto maior, melhor.
Execução Extra- Orçamentária	Receita Extraorçamentária Despesa Extraorçamentária	1,00	0%	1,00	1%	1,01	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. = 1 Equilíbrio da execução extraorçamentária > 1 Existência de Superávit extraorçamentária < 1 Existência de Déficit extraorçamentária Conclusão: ideal é igual a 1
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o <u>Exercício Seguinte</u> Saldo do Exercício Anterior	0,92	23%	1,13	14%	1,28	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período > 1 Existência de Superávit financeiro < 1 Existência de Déficit financeiro Conclusão: quanto maior, melhor.

4. Análise das Variações Patrimoniais

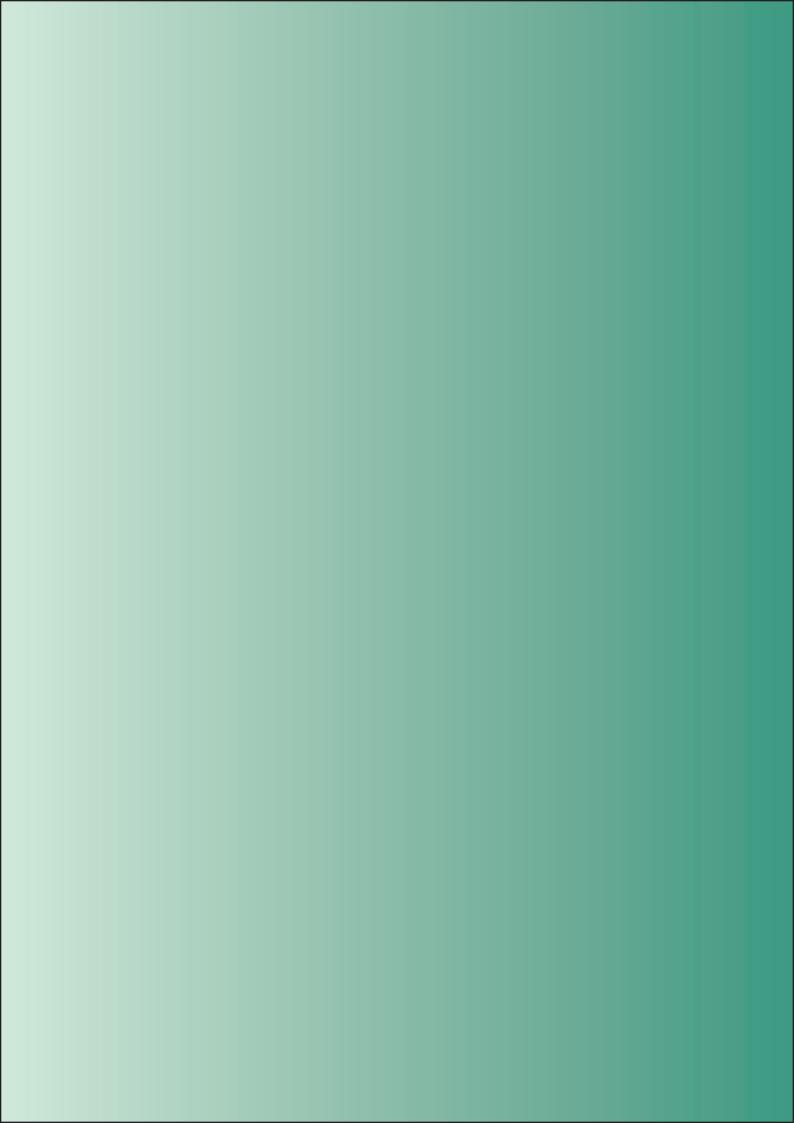
Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
							Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial.
Resultado das Variações Patrimoniais	<u>Total das Variações Ativas</u> Total das Variações Passivas	0,98	49%	1,45	-31%	1,01	= 1 Situação Patrimonial Equilibrada > 1 Superávit Patrimonial no Exercício
							< 1 Déficit Patrimonial no Exercício
							Conclusão: quanto maior melhor

5. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2009	Н%	2010	Н%	2011	Interpretação
Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	Caixa Líquido Gerado nas <u>Operações</u> Resultado Patrimonial	-0,63	109%	0,06	3558%	2,03	Este quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa e operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício. Conclusão: quanto maior, melhor.
Quociente da capacidade de amortização de dívida	Caixa Líquido Gerado nas <u>Operações</u> Total do Passivo	0,02	347%	0,09	29%	0,12	Este quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. Conclusão: quanto maior, melhor.
Quociente da atividade operacional	Caixa Líquido Gerado nas <u>Operações</u> Total da Geração Líquida de Caixa	-3,44	207%	3,67	-46%	1,99	Este quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais. Conclusão: quanto maior, melhor.









A apresentação do Balanço Geral do Estado à Assembleia Legislativa e à sociedade catarinense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Santa Catarina, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2011, bem como propiciar à sociedade instrumentos de controle.

O Balanço Geral agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual, bem como consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A elaboração das demonstrações contábeis de forma consolidada permitiu a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço, buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade na busca dos melhores resultados possíveis.

A análise do resultado fiscal do exercício evidenciou o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, assim como o cumprimento das metas de resultado primário e nominal fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

O Balanço Geral do Estado de 2011 e os Balanços de 2003 à 2010, estão disponíveis no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (www.sef.sc.gov.br) e no Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina (www.transparencia.sc.gov.br), o que demonstra comprometimento do Estado com a transparência das contas públicas.

Ainda, no tocante à transparência da gestão, desde 2010, o Estado de Santa Catarina, vem aprimorando o Portal da Transparência, disponibilizando ao cidadão informações sobre as receitas arrecadadas, despesas realizadas, consulta aos maiores fornecedores, indicadores contábeis de desempenho, despesas com pessoal, saúde, educação e diárias, metas bimestrais de arrecadação, repasses aos municípios, pagamentos de convênios e subvenções. Outra importante ferramenta disponível no Portal da Transparência, a "Consulta de Pagamentos Efetuados por Credor", foi



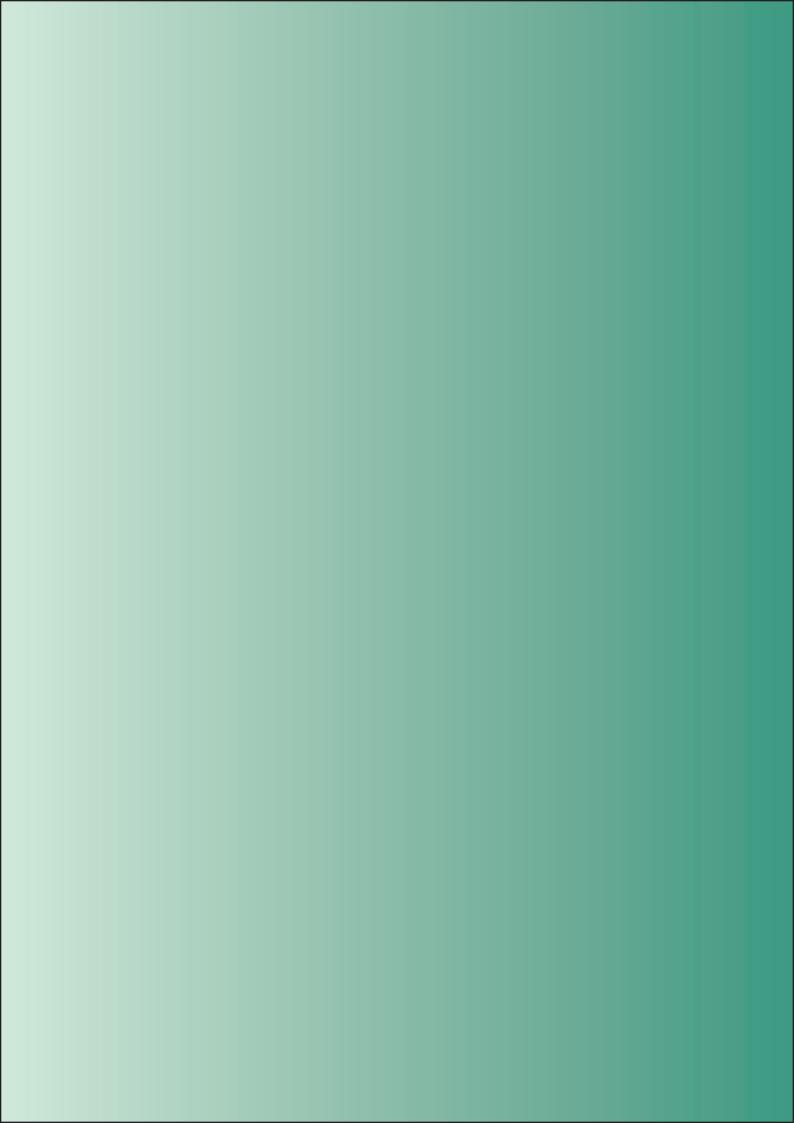
aperfeiçoada em 2011, na qual é possível verificar em tempo real os pagamentos efetuados pelo Estado de Santa Catarina aos seus credores. Essas ferramentas são disponibilizadas à sociedade para o acompanhamento e o controle social da gestão pública estadual.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Santa Catarina de 2011 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

Agradecemos, ainda, ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Nelson Antônio Serpa e ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. João Raimundo Colombo, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

Diretoria de Contabilidade Geral







Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989.

Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 202/00 – Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 12.931/04 – Institui o procedimento de descentralização de créditos orçamentários e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 381/07 – Dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura



organizacional da Administração pública Estadual.

LEI ESTADUAL nº 14.359/08 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 412/09 – Dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 15.297,10 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 15.433/10 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011.

Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 2.056/09 – Regulamenta o Sistema de Controle Interno, previstos no arts. 30, inciso II, 150 e 151 da Lei Complementar nº 381/07, e estabelece outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 37/99 – Dispõe sobre o regime de adiantamento de despesas no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual.

DECRETO ESTADUAL nº 307/03 – Disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações.

DECRETO ESTADUAL nº 1.977/08 – Disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 3.221/10 – aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO ESTADUAL nº 3.773/10 – Aprova a Classificação das Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO ESTADUAL nº 688/11 – Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de "Despesa de Exercício Anterior", com vistas no cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA n° 184/08 – Diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – apresenta interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a ótica do setor público





